

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

Maicon Dener da Silva Rodrigues

**A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM “SANTA MARIA DA BOCCA DO
MONTE” (1835-1845): ATUAÇÃO DO TENENTE-CORONEL JOSÉ
ALVES VALENÇA**

Santa Maria, RS
2023

Maicon Dener da Silva Rodrigues

**A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM “SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE”
(1835-1845): ATUAÇÃO DO TENENTE-CORONEL JOSÉ ALVES VALENÇA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de História Licenciatura do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História.**

Orientadora: Prof. Dra. Maria Medianeira Padoin
Coorientador: Prof. Me. João Vitor Sausen

Santa Maria, RS
2023

Maicon Dener da Silva Rodrigues

**A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM “SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE”
(1835-1845): ATUAÇÃO DO TENENTE-CORONEL JOSÉ ALVES VALENÇA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de História Licenciatura do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História.**

fAprovado em 04 de dezembro de 2023:

Prof. Dra. Maria Medianeira Padoin (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Me. João Vitor Sausen (PPGH/UFSM)
(Coorientador)

Prof. Dr. Alessandro de Almeida Pereira
(Pref. Mun. de Itaara e IFF Campus São Vicente do Sul)

Prof. Me. Matheus Luís da Silva
(Rede Estadual de Ens. do Rio Grande do Sul/Pref. Mun. de Santa Maria)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

À minha família, meus pais, avós e irmã, em especial a minha mãe Lourdes da Silva Rodrigues, que sempre esteve presente para me apoiar e incentivar a cursar o ensino superior.

Aos meus amigos que me acompanharam desde o ensino médio: Amanda, Éric, Gabriela e João. Sou muito grato por ter vocês todos esses anos. E também as amizades que construí durante a graduação em História, e que fizeram parte desta trajetória: Tiago Carabotta, Bruno Machado e Anemargue.

A minha orientadora Profa. Maria Medianeira Padoin pelo apoio e incentivo para realização desta pesquisa, com contribuições e conhecimento de extrema relevância para minha formação acadêmica. Além de oportunizar a experiência de participação em projetos de pesquisa e eventos na área de História, que são muito importantes para a minha formação.

Ao meu coorientador João Vitor Sausen, pelas contribuições e busca de sempre trazer novas ideias para o melhor desenvolvimento da presente pesquisa. Além do empréstimo de livros e digitalização de matérias de suma importância para a realização do Trabalho de Conclusão de Graduação.

Aos colegas e membros do Grupo História Platina: Sociedade, Poder e Instituições.

A Universidade Federal de Santa Maria pelo ensino e estrutura de qualidade.

Ao curso de História e seus professores pelo ensino e formação de excelente qualidade.

A todos os demais que conheci e convivi durante essa trajetória, e que, de alguma forma contribuíram para minha formação como profissional.

RESUMO

AUTOR: Maicon Dener da Silva Rodrigues
ORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin
COORIENTADOR: João Vitor Sausen

A Revolução Farroupilha (1835-1845) é uma temática que gerou um grande número de estudos. Contudo, a partir de pesquisas bibliográficas sobre o tema, percebe-se uma lacuna em relação a estudos sobre a região central da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, precisamente a freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, então distrito da Vila de São João da Cachoeira. Assim, a presente investigação teve por objetivo evidenciar a participação de Santa Maria na Revolução Farroupilha (1835-1845), tendo por eixo de observação a atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença, figura influente da elite local e regional. A partir de Valença visa-se demonstrar a participação da elite local, composta por estancieiros, militares, comerciantes, imigrantes europeus e sacerdotes, e a suas redes sociais e familiares. Nessa perspectiva, pretende-se entender como Santa Maria vivenciou o período de conflito e também compreender a sua ligação com a Farroupilha. O interesse por tal temática surgiu a partir das atividades como bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM, no projeto de pesquisa História Platina: Fronteiras, Migrações, Sociedades e Poder, especialmente a partir da leitura do livro *“Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930”*, escrito por Romeu Beltrão em 1958, onde se observou uma abordagem superficial do período da Revolução Farroupilha. Com isso, foi realizada uma pesquisa para levantar indícios sobre a Guerra dos Farrapos em Santa Maria, para que a partir de pesquisas documental e bibliográfica fosse possível entender a construção da narrativa histórica da Revolução Farroupilha em Santa Maria e compreender a atuação da elite local no conflito e na República Rio-Grandense. Deste modo, contribuir para uma compreensão mais ampla desse período da história, apresentando a atuação da região de Santa Maria.

Palavras-chaves: Revolução Farroupilha. Santa Maria da Bocca do Monte. José Alves Valença.

ABSTRACT

THE FARROUPILHA REVOLUTION IN "SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE" (1835-1845): THE ROLE OF LIEUTENANT-COLONEL JOSÉ ALVES VALENÇA

AUTHOR: Maicon Dener da Silva Rodrigues

ADVISOR: Maria Medianeira Padoin

CO-ADVISOR: João Vitor Sausen

The Farroupilha Revolution (1835-1845) is a subject that generates a large number of historiographical studies. However, bibliographical research on the subject reveals a gap in studies on the central region of the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, precisely the parish of Santa Maria da Bocca do Monte, then a district of the town of São João da Cachoeira. The aim of this investigation is to highlight Santa Maria participation in the Farroupilha Revolution (1835-1845), focusing on the actions of Lieutenant-Colonel José Alves Valença, an influential figure in the local and regional elite. Valença's role will demonstrate the participation of the local elite, made up of landowners, soldiers, merchants, European immigrants and priests, as well as the important presence of social and family networks. From this perspective, the aim is to understand how Santa Maria experienced the period of conflict and also to understand its connection with the Farroupilha. My interest in this subject arose from my activities as a PROBIC/FAPERGS/UFSM scientific initiation fellow, in the research project Platine History: Borders, Migrations, Societies and Power, where I read the book "Historical Chronology of Santa Maria and the Extinct Municipality of São Martinho 1787-1930", written by Romeu Beltrão in 1958, where observed a superficial approach to the period of the Farroupilha Revolution. With this in mind, a bibliographical survey was carried out to gather evidence about the Farrapos War in Santa Maria, so that from documentary and bibliographical research it would be possible to understand the construction of the historical narrative of the Farroupilha Revolution in Santa Maria and understand the role of the local elite in the conflict and in the Rio-Grandense Republic. In this way, we can contribute to a broader understanding of this period in history, presenting the role of the Santa Maria region.

Keywords: Farroupilha Revolution. Santa Maria da Bocca do Monte. José Alves Valença.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Localização da Freguesia de Santa Maria.....	10
FIGURA 02 - Trajeto de Bento Gonçalves e Canabarro até Santa Maria.....	22
FIGURA 03 - Mapa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.....	23
FIGURA 04 - Retrato de José Alves Valença.....	41
FIGURA 05 - Genealogia das famílias Appel, Oliveira e Valença.....	48

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2.	REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM SANTA MARIA: ESTADO DA QUESTÃO NA HISTORIOGRÁFICA	13
3.	A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE	355
3. 1	A ELITE FARROUPILHA EM SANTA MARIA: ATUAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS/FAMILIARES	39
3. 2	O “PERVERSO VALENÇA” NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA E SUAS REDES FAMILIARES	40
3. 2. 1	MARIA MÁXIMA DE OLIVEIRA E A ELITE FARROUPILHA	46
3. 2. 2	VÍNCULOS FAMILIARES ESTABELECIDOS PELA ELITE LOCAL DE SANTA MARIA	488
4.	CONCLUSÃO	51
5.	REFERÊNCIAS	534
6.	FONTES	57

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Farroupilha (1835-1845), movimento político ocorrido no período Imperial do Brasil, constitui um tópico que desperta significativa atenção por parte da historiografia e das pesquisas que tematizam o espaço fronteiriço platino. Entende-se a Farroupilha como um reflexo do fortalecimento das ideias de liberdade e independência durante o processo de formação dos Estados nacionais na região fronteiriça do Prata no século XIX.

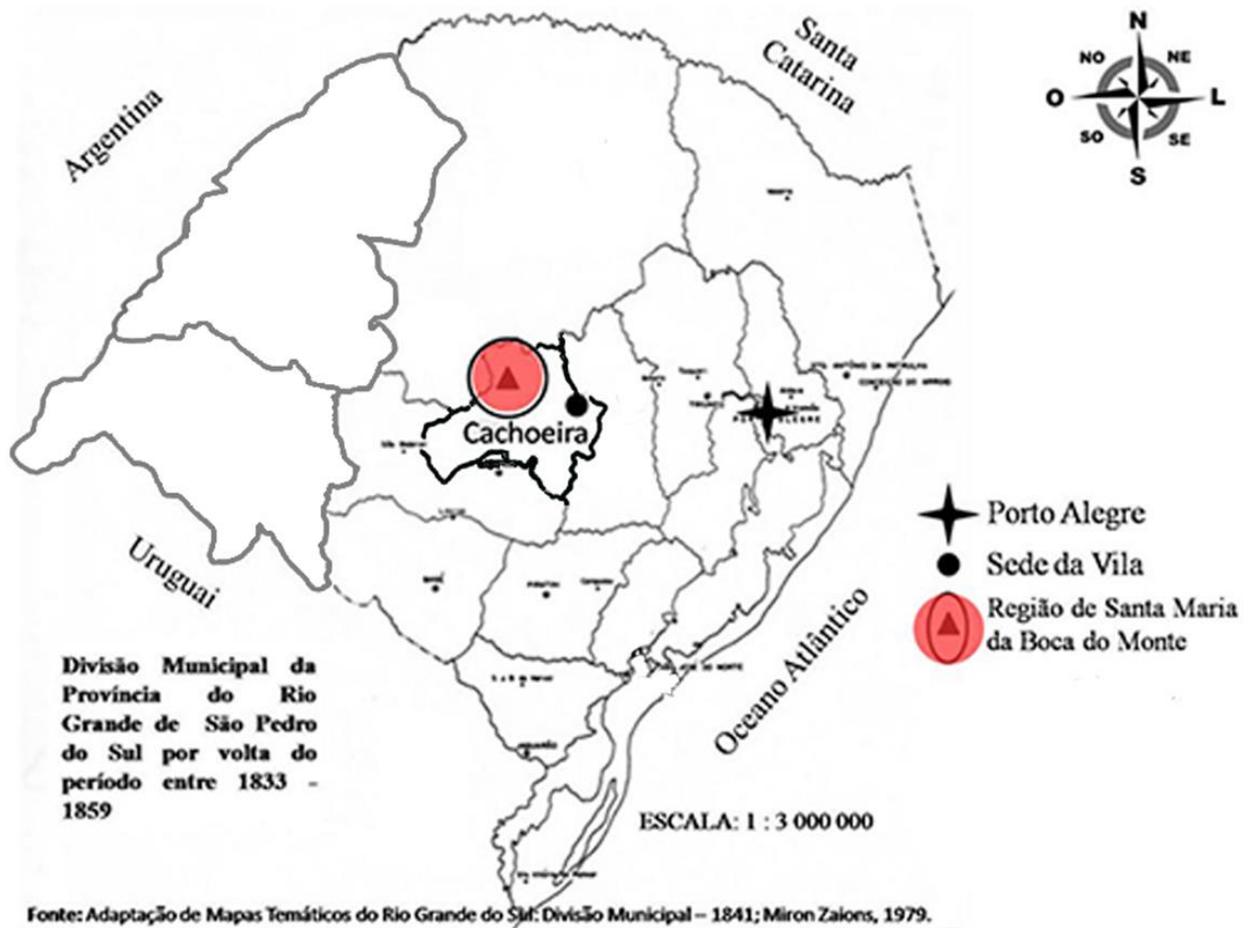
De acordo com Padoin (2001), a Revolução Farroupilha surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha rio-grandense e a outros setores sociais que, por vínculos e crenças políticas, se uniram em um projeto político que teve no federalismo sua bandeira.

A defesa do federalismo como a eclosão da revolução foi motivada pelas decepções com a Constituição centralizadora Imperial de 1824 e com o Acto Adicional de 12 de Agosto de 1834, que preservaram o centralismo, bem como com a perda da Cisplatina, as altas taxas alfandegárias e impostos recolhidos pelo Governo Central, a ocorrência ‘autorizada’, no mercado brasileiro, da venda do charque argentino, as dificuldades impostas pelo governo da República uruguaia ao comércio e ao contrabando e a grande circulação de moedas de cobre falsas. Todos esses fatores somam-se ao exemplo das emancipações ocorridas nos estados vizinhos, sob forma republicana, onde a liderança pertencente ao grupo pecuarista regional assumiu o poder desses novos Estados Nacionais (PADOIN, 2001, p. 77).

Deste modo, as forças propulsoras deste projeto da elite farroupilha são formadas por estancieiros, militares charqueadores, comerciantes, sacerdotes e imigrantes europeus. E, é nesta elite que temos nosso objeto de estudo, o Tenente-Coronel José Alves Valença, que atuou na Revolução Farroupilha em Santa Maria da Bocca do Monte, então distrito de São João da Cachoeira.

Santa Maria da Bocca do Monte, até 1858, não era ainda um município, mas sim uma Freguesia, isto é, contava com um vigário permanente em sua capela, porém não possuía um controle administrativo local, conforme explica Moacyr Flores (1998) quando tratou de como era a organização administrativa da província sulina em 1834: “Os municípios dividiram-se em freguesias, áreas limitadas geograficamente, tendo como sede uma igreja matriz, com jurisdição sobre outras igrejas e capelas” (FLORES, 1998, p. 9). Neste contexto, concentramos nossa pesquisa na trajetória político-militar de um personagem da elite farroupilha, o Tenente-Coronel José Alves Valença, figura a qual se destaca como estancieiro, político e militar, exercendo considerável influência na região central, particularmente em Santa Maria, então quinto distrito da Vila de São João da Cachoeira.

Figura 01: Localização da Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte



Fonte: FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860). Revista História Unisinos, São Leopoldo, v.19, n. 1, p. 83-94, 2015. (Adaptação de Maicon Rodrigues, 2023).

O trabalho aborda a Revolução Farroupilha em uma região da Província de Rio Grande de São Pedro onde não encontramos estudos historiográficos aprofundados sobre o tema. Além de estudos recentes como de Alessandro de Almeida Pereira e Maria Medianeira Padoin (2012) que apontam, por exemplo, a participação de sacerdotes de Santa Maria na Revolução Farroupilha, tal fato não é mencionado nas obras de João Belém (1933) e de Romeu Beltrão (1979), autores que escreveram importantes textos/registros sobre a história da cidade.

Assim, tais artigos e livros nos motivaram a investigação científica, que tem vínculo ao projeto de pesquisa da professora orientadora, Maria Medianeira Padoin, contemplado com

bolsa de iniciação científica (2022-2023). A Bolsa ¹PROBIC/FAPERGS/UFSM proporcionou as leituras e a pesquisa documental, nos auxiliando na definição da problemática ora aqui privilegiada no Trabalho de Conclusão da Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Assim sendo, o presente trabalho investiga a participação efetiva da sociedade da região central da Província do Rio Grande do Sul, negligenciada ou não privilegiada nos estudos até então. Com tal propósito, concentramos nossa pesquisa na trajetória político-militar de um personagem da elite farroupilha, o Tenente-Coronel José Alves Valença, figura a qual destaca-se como estancieiro, político e militar, exercendo considerável influência nesta região central, particularmente no distrito de Santa Maria da Bocca do Monte.

Nesse sentido, as pesquisas com acesso às documentações do período propiciam novos indícios que levam ao surgimento de nossa problemática e assim na construção de objeto de estudo. Dentre os documentos trabalhados destacam-se a Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva e a Coleção Varela², ambas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

Além da pesquisa documental, foi realizada a pesquisa bibliográfica visando obter conhecimento sobre a Revolução Farroupilha e a história de Santa Maria. O levantamento bibliográfico inclui livros, teses, dissertações, artigos e capítulos de livros. Os temas encontrados se referem a economia, a política, a questões de fronteira e as relações sociais, que estão direta ou indiretamente vinculados ao período ou ao tema da Revolução Farroupilha. Nesse sentido, algumas das principais obras encontradas sobre a história de Santa Maria, de caráter memorialista, são “*Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1930*”, de Romeu Beltrão (1979) e “*História do Município de Santa Maria*”, de João Belém (1933), conforme já havíamos mencionado anteriormente. Também citamos capítulos da recente obra publicada “*História de Santa Maria: novos olhares*”, organizado por Maria Medianeira Padoin, Gustavo Figueira Andrade e Carlos Eduardo Piassini (2022).

Assim, a partir das investigações documentais e bibliográficas pretendeu-se construir uma análise dos aspectos e indícios apresentados em relação à Revolução Farroupilha em Santa Maria da Bocca do Monte, procurando trazer à “luz” uma parte desta história local/regional que ainda não havia sido objeto ou foco de aprofundamento pela historiografia.

¹ Destacamos ainda a participação no Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições.

² A Coleção Varela é composta por 24 volumes, possíveis de serem acessados online por meio do site da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, além de termos acesso aos volumes impressos do acervo da professora orientadora.

Para tanto, a presente pesquisa buscou seus fundamentos teóricos e metodológicos nos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Assim, utiliza-se a micro história enquanto um método científico de pesquisa histórica para a análise das pistas e indícios. Nesse sentido, a micro história, enquanto método, reduz a escala de observação e concentra o olhar através de um “microscópico”, evidenciando aspectos não notados por uma análise mais afastada do objeto (LEVI, 2020). A priori, trabalha-se com os indícios do micro para entender um contexto maior, o macro. Segundo Giovanni Levi (2020): “A leitura ao microscópio, através do aumento da escala de observação, é a maneira com a qual os historiadores mantêm o seu contato com a documentação e com os arquivos e, assim, são capazes de formular novas leituras e novas perguntas” (p. 27). Neste sentido, a proposta deste método é evidenciar aspectos que não são encontrados sem uma investigação minuciosa, ou seja, “sem o uso de uma lente de aumento”.

A partir da análise micro do objeto de investigação pretende-se levantar novos debates acerca da Revolução Farroupilha, e atuar no preenchimento de uma lacuna acerca do desenvolvimento deste conflito na localidade de Santa Maria, tendo nos vestígios e indícios as motivações para montar esse “quebra-cabeça” de uma história que na redução da escala pode ser construída com uma amplitude de percepções e de novas possibilidades, que poderão contribuir com a historiografia rio-grandense, brasileira e platina.

Neste sentido, o presente trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo está orientado a uma revisão historiográfica a respeito da Revolução Farroupilha em Santa Maria da Bocca do Monte. A partir deste capítulo, visamos apresentar a lacuna acerca de trabalhos sobre o contexto, justificando a importância de estudos que tenham como finalidade preenchê-la. O segundo capítulo, por sua vez, traz as redes familiares e sociais de atuação da elite farroupilha de Santa Maria, tendo como figura principal de investigação o Tenente-Coronel José Alves Valença.

2. A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM SANTA MARIA: ESTADO DA QUESTÃO NA HISTORIOGRÁFICA

A Revolução Farroupilha (1835-1845) é um tema amplamente trabalhado pela historiografia brasileira e conhecido para além das fronteiras do nacional. Contudo, observa-se ainda lacunas em relação à participação das elites regionais/locais no conflito, isto é, sobre como se posicionaram outras regiões da Província para além dos municípios de abrangência das “capitais da República Rio-grandense”. Ou seja, em nosso estudo, iremos privilegiar a freguesia do distrito de Santa Maria da Bocca do Monte e, mais especificamente a participação de sua elite.

Nesse sentido, busca-se analisar o estado da questão historiográfica relacionada à Revolução Farroupilha em Santa Maria. Ademais, propõe-se a construção de um debate acerca dos textos de caráter memorialista, escritos por “historiadores autodidatas”, considerando o contexto em que esses textos são produzidos e como tal contexto influencia a narrativa sobre a farroupilha em Santa Maria. Além disso, as leituras selecionadas possibilitam um aprofundamento no entendimento de conceitos fundamentais, tais como elite, fronteira e federalismo.

Para a análise da produção historiográfica relacionada a Revolução Farroupilha e Santa Maria, além das pesquisas que têm como objeto de estudo elementos inseridos no contexto da Revolução Farroupilha, foram elegidos os seguintes autores: João Belém (1933)³, Emilio Fernandes de Souza Docca (1935)⁴, Augusto Tasso Fragoso (1939)⁵, Walter Spalding (1939)⁶, Romeu Beltrão (1958)⁷, Spencer Leitman (1979)⁸, Moacyr Flores (1982)⁹, Dante de Laytano

³ BELÉM, J. História do Município de Santa Maria: 1797–1933. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

⁴ SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

⁵ FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução Farroupilha. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1939.

⁶ SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. São Paulo: BPB, 1939.

⁷ BELTRÃO, Romeu. Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787 - 1930. 3a ed. Santa Maria: UFSM, 1979.

⁸ LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁹ FLORES, Moacyr. Modelo político dos farrapos. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

(1983)¹⁰, Ieda Gutfreind (1992)¹¹, Maria Medianeira Padoin (2000; 2001¹²; 2006¹³; 2013¹⁴; 2022), Tiago Martins Goulart (2007)¹⁵, Alexandre de Oliveira Karsburg (2008)¹⁶, Hilda Agnes Hübner Flores (2008)¹⁷, Sandra Jatahy Pesavento (2009)¹⁸, Laura de Leão Dornelles (2010)¹⁹, Carla Menegat e Jocelito Zalla(2011)²⁰, Edson Romário Monteiro Paniagua (2012)²¹, Fabrício Nicoloso (2013)²², Alessandro de Almeida Pereira (2013; 2015)²³, Eduardo Santos Neumann (2014)²⁴, Matheus Luís da Silva (2015)²⁵, Anderson Schmitt (2018)²⁶.

No que tange à participação da sociedade santa-mariense na Revolução Farroupilha, o estudo de Padoin e Pereira (2013) evidencia a atuação dos sacerdotes no movimento, pontuando

¹⁰ LAYTANO, Dante de. História da república rio-grandense (1835-1845). 2 ed. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

¹¹ GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

¹² PADOIN, Maria Medianeira. Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

¹³ PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PADOIN, Maria Medianeira; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 39-71.

¹⁴ PADOIN, Maria Medianeira; PEREIRA, Alessandro de Almeida. Os sacerdotes na Revolução Farroupilha (1835-45) e as ideias de república e de federalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades, 4., 2012, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] 6 Paraná: Revista Brasileira de História das Religiões, 2013. p. 1-21.

¹⁵ GOULART, Tiago Martins. **As Histórias Marginais: Os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no interior do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007.

¹⁶ KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O profeta dos pampas: devoção e revolução no sul do Brasil (século XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - VESTÍGIOS DO PASSADO: A HISTÓRIA E SUAS FONTES, IX., 2008, Porto Alegre.

¹⁷ FLORES, Hilda Agnes Hübner. Alemães na guerra dos farrapos. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial, Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 233-269.

¹⁹ DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 168-178, 2010.

²⁰ ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. v. 31, n. 62, p.49-70, 2011.

²¹ PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. A construção da ordem fronteira: Grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha sul rio-grandense (1852-1867). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2012.

²² NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria - RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

²³ PEREIRA, Alessandro de Almeida. **O poder local e a institucionalização da república rio-grandense (1836-45)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

²⁴ NEUMANN, Eduardo Santos. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 83-109, 2014.

²⁵ SILVA, Matheus Luís da. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

²⁶ SCHMITT, Anderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 358 - 377, dez. 2018.

a figura do Pe. João de Santa Bárbara, um dos sacerdotes que recebeu jurisdição do Vigário Apostólico da República Rio-grandense. Conforme os autores, a maioria dos presbíteros que passaram por Santa Maria, no período da farroupilha, possuíam formação acadêmica e acesso ao conhecimento, além de serem participativos politicamente, sendo alguns de influentes famílias de fora do Rio Grande do Sul.

A priori, durante o período colonial a Igreja Católica tinha como privilégio ser a religião oficial dos Estados pertencentes às Coroas Ibéricas através do Padroado Real. Desta forma, os funcionários da Igreja desempenhavam também o papel de funcionário do Estado. Contudo, as obrigações do Império brasileiro com a organização da Igreja não eram totalmente cumpridas, sendo esse um dos motivos para a adesão de grande parte dos sacerdotes ao movimento farroupilha (PADOIN; PEREIRA, 2013). Nessa perspectiva, a república poderá ser entendida tanto como uma forma de governo oposta à monarquia, quanto a questão da representação política local/regional (as decisões quanto a escolha da representação na província, a questão do destino dos impostos, etc.), sendo defendida pelos rio-grandenses através da imprensa farroupilha, prevalecendo durante o movimento à defesa da República Liberal, onde defendia-se os direitos individuais acima dos coletivos. Nesse sentido, a pesquisa de Padoin e Pereira (2013) lança novos debates em relação à Revolução Farroupilha, contribuindo para análises futuras de aspectos ainda não explorados, bem como para o estudo aprofundado de questões que continuam a suscitar interesse em relação à temática em Santa Maria.

No artigo publicado, em 2000, por Maria Medianeira Padoin na Revista Vidya, destacou-se a participação política dos sacerdotes, especialmente na primeira metade do século XIX. De acordo com Padoin (2000, p.211), muitos jovens tornavam-se sacerdotes no século XIX pois buscam um *status* social e cultural para si e suas famílias, e se beneficiam dos laços mantidos entre Estado e Igreja. Pontua-se que alguns sacerdotes naturais da Província do Rio Grande de São Pedro, e que estudaram e ordenaram-se no Rio de Janeiro ou em São Paulo, além de outros de diferentes províncias e países, participaram ativamente na Revolução Farroupilha, acarretando na separação da Igreja do Rio Grande do Sul em relação ao Bispado do Rio de Janeiro, fato conhecido pela cisma da Igreja do Rio Grande do Sul que perdurou por mais tempo que a própria Farroupilha. Muitos desses sacerdotes participavam em clubes republicanos (PADOIN, 2000, p. 214), por ora, sociedades secretas maçônicas, onde expressavam e discutiam seus ideais políticos, algo que não era possível na estrutura da Igreja (PADOIN, 2001, p. 32). Entende-se assim, que os sacerdotes faziam parte da elite farroupilha, como defensores e propagadores dos ideais liberais, decorrentes especialmente de sua formação nas universidades, divulgando tais ideias nas aulas nos seminários, nos púlpitos das Igrejas, em

periódicos, e também como deputados provinciais ou nacionais. Assim, sendo o Pe. Santa Bárbara –deputado provincial foi um dos sacerdotes farroupilhas que atuou nas terras de Santa Maria da Bocca do Monte.

O livro “*Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*” de autoria de Maria Medianeira Padoin, publicado em 2001, trouxe, para o final do século XX e início do XXI, novas discussões e debates em relação à Revolução Farroupilha e as produções historiográficas sobre o conflito. A autora retoma e reconstrói a história da Revolução Farroupilha relacionando com os processos de construção de novos estados nacionais no espaço fronteiro platino. Nesta perspectiva, o espaço fronteiro platino foi palco de conflitos regionais e de lutas pelo poder entre as elites da província. Trabalha a concepção da Revolução Farroupilha como “[...] uma variável e expressão da propagação das ideias de liberdade e de independência, fundamentadas no Direito das Gentes e no Liberalismo, no conturbado processo de construção dos Estados nacionais no espaço fronteiro platino do século XIX” (PADOIN, 2001, p. 67).

Para iniciar o debate, a referida autora, realizou uma revisão bibliográfica, fornecendo uma vasta gama de textos, destacando-se por exemplo: “*Modelo Político dos Farrapos*”, de Moacyr Flores (1990); “*A História da República Rio-Grandense*”, de Dante Laytano (1983); “*Revolução Farroupilha: sentido e espírito*”, de J. P. Coelho de Souza (1972) e “*Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*”, de Spencer Leitman (1979).

As obras mencionadas são classificadas pela autora, em dois grupos: “Descritivas-positivistas” e “Críticos”. No que se refere aos autores que se enquadram no primeiro grupo temos Walter Spalding, Dante Laytano, e Coelho Souza. Já no grupo dos autores “críticos”, estão Moacyr Flores e Spencer Leitman. Conforme Padoin (2001, p.68), o primeiro grupo concentra-se em justificar a “brasilidade” dos farroupilhas, negando o caráter separatista do movimento, esse grupo de autores afirma que, se houve uma ideia separatista, ela se configurou como uma estratégia política discursiva. Por outro lado, o segundo grupo ressalta o caráter separatista dos farrapos, mas os autores apresentam divergências em relação à participação das influências dos “vizinhos” platinos na eclosão da guerra. Por exemplo, enquanto Leitman destaca a relação entre uruguaios e rio-grandenses, Moacyr Flores não considera a participação dos líderes da Bacia do Prata como importante para o surgimento do movimento farroupilha.

Quanto à eclosão da Revolução Farroupilha, observa-se como motivação os interesses econômicos e políticos da elite rio-grandense, assim como de outros grupos sociais que se uniram em um projeto político fundamentado no federalismo (PADOIN, 2001, p. 77).

Nesse sentido, consideramos, também em nosso estudo, que as forças “propulsoras e mentoras” deste projeto como elite farroupilha, foram composta por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes, sacerdotes e imigrantes. Assim, sendo, de acordo com Padoin (2001, p. 78), a elite farroupilha possuía formação política, adquirida fora da província, em seminários, nas universidades, em aulas privadas, nas participações em sociedades literárias (secretas ou não), em leituras de periódicos e folhetos que se configuraram como os principais meios de disseminação de ideias políticas e ideológicas da época. No entanto, salienta-se que nem toda a elite farroupilha tinha os mesmos ideais políticos. Nessa perspectiva, Padoin (2001, p. 78) defende a existência de uma elite bem informada no Rio Grande do Sul, enfatizando que a elite farroupilha não era composta exclusivamente por indivíduos naturais da província.

No contexto estabelecido pela Revolução Farroupilha, Padoin (2001) reafirma e aprofunda a temática de que a maioria da elite rio-grandense se encontrava em sociedades secretas e maçônicas, pois ser maçom na época representava uma condição de “status” social e cultural. “A divulgação e expansão da maçonaria se deu por meio dos comerciantes-viajantes, da marinha, do ensino e da imprensa” (PADOIN, 2001, p. 90).

Além disso, a autora destaca a importância da fronteira para a entrada dessas ideias, estruturando-se o espaço fronteiro como um local tático para a disseminação dos pensamentos e organizações maçônicas. Percebe-se, assim, que a autora compreende a Revolução Farroupilha como mais uma expressão no contexto brasileiro, platino e americano da proliferação das ideias liberais e federalistas, transformadas em um projeto político.

O volume “*Império*” da coleção História Geral do Rio Grande do Sul, publicado em 2006, com coordenação geral de Nelson Boeira e Tau Golin, inclui um capítulo intitulado “A Revolução Farroupilha”, escrito por Maria Medianeira Padoin. Este capítulo aborda alguns aspectos do conflito mencionados pela autora no livro anteriormente citado, aprofundando-se em temáticas importantes para a compreensão da Revolução Farroupilha. Novamente a autora evidencia o caráter separatista do movimento farroupilha, além de abordar a questão do uso do conceito de “revolução” para o decênio de conflito na Província de São Pedro.

De acordo com Padoin (2006), “O qualitativo de ‘revolução’ para o fato histórico de 1835-1845, além de traduzir um debate teórico sobre o conceito de revolução, também explicita o antigo, tradicional e sempre retomado debate sobre o caráter separatista da Revolução Farroupilha” (p. 39-40). Nesse sentido, aceitar o caráter separatista do movimento farroupilha seria negar a imagem construída do “povo gaúcho exemplo de patriotismo e de glórias”, ou seja, a construção da identidade do “gaúcho gentilício” diferente do “gaucho” argentino e uruguaio.

Exatamente esta classificação que tomaremos em nossa revisão e análise bibliográfica, isto é, apresentaremos uma seleção de obras/autores que seguem tais perspectivas teórico-metodológicas.

Para pensar a questão da negação do caráter separatista da Revolução Farroupilha e como isso é representado nas obras historiográficas da primeira metade do século XX, escolheu-se a obra “O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha” de Emilio Fernandes de Souza Docca, publicada em 1935 no Rio de Janeiro. No início do livro o autor destina um espaço para justificar a escrita do texto, onde ele intitula o tópico de “O porque desta publicação”, neste pequeno trecho da obra o autor justifica a produção da obra referenciando a publicação da “História da Grande Revolução” de Alfredo Varela (1933), onde, segundo Souza Docca (1935, p.2), Varela atribui aos farroupilhas um caráter separatista, que para Souza Docca não existiu.

Assim, de acordo com Souza Docca (1935, p.2), essa concepção de Varela (1933) “devia ser combatida” e “precisava ser esclarecida” e completa: “daí o motivo de nosso alarme contra tais ideias depreciadoras dos sentimentos cívicos e desdenhosas da dignidade de nossos antepassados”.²⁷ Além disso, Souza Docca (1935, p. 4) afirma ser sua obra uma contribuição ao centenário do “grandioso e patriótico feito farroupilha”, e ser uma homenagem aos notáveis farroupilhas que “agiram como riograndenses e pensaram como brasileiros”.

Após está justificativa para sua obra, Souza Docca busca explicar o conceito de Federação entre os farroupilhas. O autor apresenta-se contrário à concepção construída por Alfredo Varela (1933), de que os farroupilhas não faziam distinção entre federação e confederação. Conforme Souza Docca (1935, p. 9), Varela estava induzido pelo seu desejo de “platinizar” o Rio Grande do Sul, pois apresenta os farrapos ambicionando uma entrada para a Confederação Argentina e também procurando ligar-se ao Uruguai pela Federação. Além disso, Souza Docca afirma que:

Aturdido por aquela paixão, e vendo tudo que é sul rio-grandense através de seu uruguaiofilismo, empresta aos nossos antepassados o errôneo ou confuso conceito de federação, corrente nos países platinos, na primeira metade do século passado. Lá é que os caudilhos, como Artigas, Quiroga, Araoz e outros, dizendo-se federais, proclamavam, entretanto, a independência das províncias que tinham sob seu jugo. O conceito do sistema federativo entre os farroupilhas não tinha a dubiedade que o dr. Varela menciona. (1935, p. 10).

²⁷ Pontua-se o contexto ao qual o texto de Souza Docca é escrito, pois o ano de 1935 corresponde ao centenário da Revolução Farroupilha (1835-1845) e encontrasse no período da História do Brasil chamado de “Era Vargas”, onde o país foi governado por Getúlio Vargas, assunto que será debatido mais a frente no estudo.

Segundo Souza Docca (1935), o conceito do sistema federativo para os farroupilhas era “claro, positivo, clássico”, desta forma tinham como modelo a Constituição do Estado Unidos da América. Ademais, o autor afirma que o conceito não permite confundi-lo com a ideia de confederação. Para o autor os farroupilhas queriam para o Brasil o mesmo regime que foi adotado em 1889 (SOUZA DOCCA, 1935, p.13). O autor evidencia em seus escritos a questão da brasilidade, a qual o movimento farroupilha estaria envolvido, aspecto constantemente presente em estudos historiográficos, principalmente, da primeira metade do século XIX.

O historiador Souza Docca (1935, p. 26), atribui a Alfredo Varela (1933), levado por sua “brasílofobia”, a autoria de uma noção que afastaria a brasilidade do movimento farroupilha, afirmando que não era intenção dos farroupilhas a federação brasileira. Souza Docca também acusa o historiador Alfredo Varela de utilizar arquivos e fontes fragmentadas, e de desprestigiar “os sentimentos de patriotismo dos riograndenses”. Além disso, afirma que é responsabilidade dos “historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce, sem ideias preconcebidas...” informar o “verdadeiro” ideal dos farroupilhas.

Dentre os historiadores sobre o assunto, Souza Docca (1935, p. 27) faz referência Assis Brasil (1882), Venancio Ayres (1884), Demétrio Ribeiro (1929), historiadores estrangeiros como Antonio Diaz e Alberto Palomeque, Felisbello Freire (1894), Levi Carneiro, João Pandiá Calógeras (1930), Rodrigo Octavio Filho (1933), Alcides Bezerra (1933), entre outros, que segundo o autor, anulam as afirmações de Alfredo Varela (1933).

Outro ponto a ser destacado na obra de Souza Docca (1935, p. 27), é a questão do “*Platinismo Imaginário*”. O autor aponta que a “índole política” e o “tipo moral” dos platinos e dos riograndenses, no período farroupilha, são de grande diferença, afirmando o autor ser isto resultante da formação social (SOUZA DOCCA, 1935, p. 101). Nesta perspectiva, conforme o autor, os fatores-chaves para o surgimento do caudilho não teriam existido no Rio Grande do Sul. Ou seja, para Souza Docca (1935, p. 102) a origem indígena dos argentinos e uruguaios influenciou na condução política dos platinos. Assim, o autor alega que esses fatores determinantes do surgimento dos caudilhos na Argentina e no Uruguai não são encontrados na Província de São Pedro.

Deste modo, utilizando de aporte teórico o texto de Maria Medianeira Padoin (2001), referenciado anteriormente, a obra de Souza Docca (1935) enquadra-se, a partir do posicionamento teórico metodológico, no grupo de obras “descritivas-positivistas”, ficando claro a preocupação em justificar a brasilidade do movimento farroupilha e negar o caráter separatista. Ademais, o autor busca em seus escritos representar o povo gaúcho como exemplo de patriotismo, reproduzindo a imagem do gaúcho gentílico e negando qualquer ligação entre

os rio-grandenses e os argentinos e uruguaios. Ou seja, uma obra que demonstra claramente a pactuação com a política de afirmação do nacionalismo no governo Vargas de então.

Seguindo com análise da produção historiográfica referente a Revolução Farroupilha, outra importante obra é “A Revolução Farroupilha: História popular do grande decênio seguido das ‘Efemérides’ principais de 1835-1845, fartamente documentadas”, de Walter Spalding (1939). O historiador afirma que a Revolução Farroupilha foi por essência reivindicatória, não tendo nenhuma outra intenção (SPALDING, 1939, p. 28). Pois, segundo o autor, a província vinha sendo explorada pelo poder central.

O Rio Grande era, em tudo, uma província mártir. Para tudo recorria-se ao Rio Grande. Para dinheiros, para recrutamentos, para aboletamentos, especialmente de forças armadas que vinham espiar as manobras dos vizinhos e ver, quase que unicamente ver, como combatiam os pobres rio-grandenses, verdadeiros ‘paus para toda obra’ (SPALDING, 1939, p. 30).

Nesta perspectiva, percebe-se que o autor apresenta a Província de São Pedro do Rio Grande como um suposto povo que tinha como função lutar pelo Império: “O rio-grandense vivia de armas nas costas, espada na mão e pé no estribo, defendendo o Brasil contra o estrangeiro. Ao primeiro grito de alarma, quem primeiro acorria eram os filhos da província, os gaúchos” (SPALDING, 1939, p. 30).

Em relação à proclamação da República riograndense, Walter Spalding (1939, p. 72) afirma que foi ato de justiça dos farroupilhas, pois o governo central não reconhecia os direitos da Província, ou seja, os farrapos teriam sido obrigados pelo contexto a proclamarem a República. Além disso, o autor afirma que antes disso a proclamação da República nunca fez parte do projeto farroupilha, sendo “puramente” reivindicatório. Ademais, o autor afirma que para Bento Gonçalves a República não era a independência absoluta, pois buscavam se federar com as demais províncias. Assim, Walter Spalding (1939, p. 73) afirma que os farroupilhas não eram separatistas, pois inspiraram-se no espírito da brasilidade.

Outra obra historiográfica da primeira metade do século XX consultada é “*A Revolução Farroupilha (1835-1845): Narrativa sintética das operações militares*”, de Augusto Tasso Fragoso. Esse texto é relevante para o estudo da Revolução Farroupilha na freguesia de Santa Maria, uma vez que fornece informações sobre as movimentações das tropas, tanto imperiais quanto farroupilhas, ao longo do decênio de conflito. Assim, é possível compreender a posição geográfica estratégica da região de Santa Maria, em relação a Serra e a Campanha.

Nesse sentido, um dos eventos que destaca a posição estratégica geográfica de Santa Maria, é que em 1841, enquanto as tropas imperiais utilizaram a Picada do Botucaraí, os

farroupilhas utilizaram a Picada de São Martinho, para descer a Serra na Boca do Monte (Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte). Além disso, o Coronel Portinho utilizou a Picada de São Martinho para chegar em Cruz Alta, onde esperou Canabarro e Bento Gonçalves para ajudá-los a escaparem das tropas imperiais.

Após receberem de Portinho os cavalos que necessitavam, Canabarro e Bento Gonçalves, desceram a Serra até Santa Maria da Bocca do Monte. De lá, Bento Gonçalves seguiu para São Gabriel, onde reassumiu a presidência da República Rio-Grandense, em 14 de março de 1841, cargo que estava sendo exercido por José Mariano de Matos (FRAGOSO, 1939, p. 197). Enquanto isso, Canabarro permaneceu no distrito de Santa Maria da Bocca do Monte com um grande número do Exército Farrapo, formado por 3500 homens. No entanto, em Cachoeira encontravam-se 3 brigadas de infantaria, 3 brigadas de cavalaria da Guarda Nacional, 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional e uma bateria ligeira e quatro peças de calibre 3, formando um total de 5000 combatentes (FRAGOSO, 1939, p. 198-199). Apesar disso, Fragoso (1939, p.199) afirma que as tropas revolucionárias não chegaram a travar uma batalha com o Exército Imperial, limitando-se a acompanhar a marcha e mantê-los sob a ameaça de um combate.

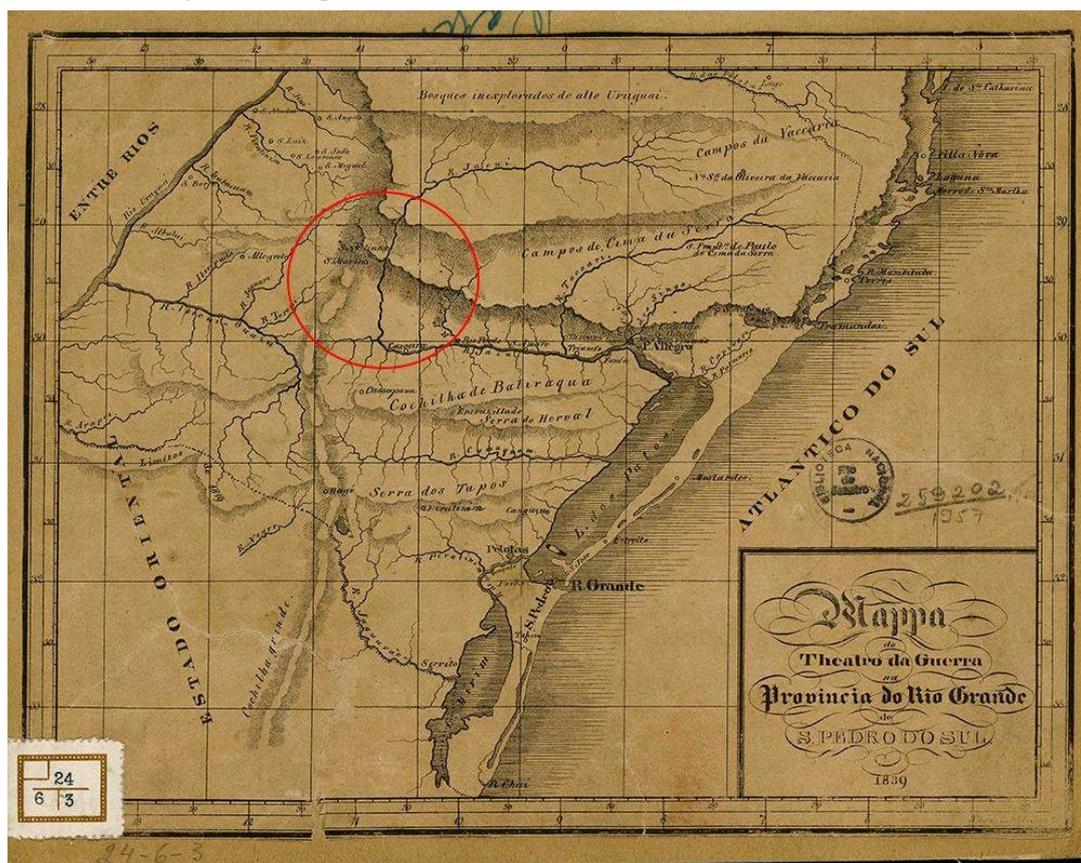
Na Figura 02, exposta a seguir é possível observar o trajeto realizado pelas tropas farroupilhas de Porto Alegre até a Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, além das tropas de Labatut, que desceram a Serra na Picada do Botucaraí visando interceptar os combatentes farrapos. No entanto os farrapos utilizaram a Picada de São Martinho. Desse modo, as tropas imperiais ficaram ao leste do Rio Jacuí, enquanto os farroupilhas encontravam-se do lado oeste do Rio, no distrito de Santa Maria da Bocca do Monte.

A posição geográfica de Santa Maria, evidenciada pela figura 03, exposta a seguir, que destaca o relevo da Província, tem grande influência na atuação da população santa-mariense na Revolução Farroupilha. Como o distrito era entendido como um ponto estratégico de ligação da região da serra com a campanha, o povoado recebia a passagem de tropas tanto farroupilhas, quanto imperiais. Em carta escrita por Felipi Neri D'Oliveira, em julho de 1841, ao Conde de Rio Pardo, ele informa que o Tenente-Coronel Francisco Pedro veio à freguesia de Santa Maria buscar 7 ou 8 carretas de farinha e 40 cavalos amilhados (bem alimentados)²⁸.

De acordo com Spencer Leitman (1979, p. 37), cada cavaleiro precisava de em torno de 3 a 5 animais, e na medida que a guerra se alastrava, estes tornavam-se mais importantes do que os homens, pois eram disputados por farroupilhas, imperialistas e uruguaios, ou seja, “os

²⁸ D'OLIVEIRA, Felipi Neri. **Tenente-Coronel Francisco Pedro foi à freguesia de Santa Maria**. Rio Pardo, 05 de agosto de 1841. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRS. CV-6608. 2005. v. 14. p. 192-193.

Figura 03: Mapa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1839



Fonte: Acervo digital do Arquivo Histórico Nacional

A obra de Augusto Tasso Fragoso (1939), por sua vez, caracteriza-se como “descritiva-positivista”, de acordo com a classificação de Padoin (2001). No entanto, ao contrário de Souza Docca (1935), que disfre diversas críticas a Alfredo Varela (1933), discordando do caráter separatista que Varela atribui ao movimento farroupilha, Fragoso (1939), afirma que, na obra “Política brasileira: Interna e externa”, Alfredo Varela (1929) realizou um trabalho exaustivo e amplo, com uma imensa gama de documentos, tendo Varela (1929) examinado o objeto de estudo em seus variados aspectos.

Ainda na questão das obras “descritivas-positivistas”, classificadas anteriormente a partir da obra de Maria Medianeira Padoin (2001), o livro “História da República Rio-grandense” de Dante de Laytano (1983), está relacionado às características apresentadas previamente das obras historiográficas da primeira metade do século XX, mas que podem ser notadas em obras posteriores a este período.

O historiador, Dante de Laytano (1983) afirma que a linha política que o movimento farroupilha adotou foi enfrentar o abuso do poder central. Em relação ao caráter separatista da República rio-grandense, Dante de Laytano (1983, p. 24) afirma que o separatismo foi um ponto

da Revolução que se encontrou para estimular a opinião pública. Neste sentido, “o que se pensou, na verdade, foi numa posição provisória, um afastamento temporário e uma República que se incorporaria ao Brasil num determinado instante, quando a ideia republicana dominasse a vida política do Brasil ou o Brasil fosse uma República como se queria” (LAYTANO, 1983, p. 24).

Nessa perspectiva, o autor não nega o caráter separatista da Revolução Farroupilha, no entanto afirma que se existiu a intenção de separação foi algo provisório, não como uma proposta política. Nota-se, que Dante de Laytano defende (1983) o patriotismo dos farroupilhas, destacando a luta contra a monarquia e não contra a pátria brasileira, algo que foi observado nos textos anteriores, ou seja, a brasilidade do movimento farrapo defendida pela historiografia da primeira metade do século XX. O historiador também evidencia a participação dos riograndense na Guerra do Paraguai, buscando assim comprovar o patriotismo desses homens. Para exemplificar, em um trecho de seu livro, Dante de Laytano (1983) destaca a figura de Netto, General e proclamador da República Rio-grandense, apresenta-o como um grande herói, que após a Revolução Farroupilha defendeu o Brasil na Guerra do Paraguai, configurando-se em uma demonstração de patriotismo:

O cavaleiro, o homem das carreiras que era Neto, o destemido combatente montado, sua brigada de Cavalaria nos farrapos e sua ação na cavalaria durante o Paraguai fazem dele o revolucionário para quem a pátria brasileira estava e esteve acima de tudo. **Como farrapo ele empreendeu uma guerra de dez anos não contra o Brasil, mas contra a Monarquia Brasileira. Isso é que deve ficar bem entendido, sempre.** Neto, por sua vez, ainda, agiu, pensou e viveu como um brasileiro que o rio-grandense o é e deflagrada a Guerra do Paraguai, ele, como tantos outros, célebres ou humildes, heróis ou esquecidos, imediatamente ofereceram seus préstimos à terra natal, na defesa dos direitos legítimos, contra a agressão estrangeira e integrando as colunas de defensores da honra ofendida (LAYTANO, 1983, p. 23, grifos nossos)

Assim, fica evidente que Dante Laytano (1983) representa Netto como a figura “autêntica do gaúcho”, lutando pela liberdade e pela pátria brasileira, contra a monarquia e não contra o povo brasileiro, estando sempre pronto para a defesa da pátria brasileira contra forças exteriores, ou seja, comprovando a brasilidade do povo rio-grandense. De acordo com Matheus Luis da Silva (2015), observando a forma como Laytano aborda a biografia dos generais farroupilhas, diz que não houve preocupação em aprofundar a trajetória político-militar dos generais, mas sim apresentar a incorporação dos farroupilhas no Império, antes e depois da guerra.

Cabe reforçar que Dante de Laytano (1983, p. 298) nega a influência platina na Revolução Farroupilha, uma vez que o autor afirma que mesmo na formação do caudilhismo

os rio-grandenses não “carregam traços platinos, mas o “espírito português”. Além disso, Dante de Laytano pontua que a participação no conflito de Frutuoso Rivera – 1º Presidente do Uruguai -, no conflito, é plena solidariedade à causa dos farrapos, e não algo que influenciasse no desenrolar do movimento, pois a Revolução já estava em andamento (LAYTANO, 1983, p. 299).

A priori, o autor busca afastar a ligação dos rio-grandenses com os líderes dos Estados platinos, ou seja, diferenciar a imagem do gaúcho gentílico rio-grandense do “gaucho” argentino e uruguaio, inclusive no que concerne às origens do caudilhismo rio-grandense, afirmando Dante de Laytano não haver nenhuma relação com os caudilhos do Prata. Assim, o autor reproduz a história do Brasil construída em cima de atributos como homogeneidade, unidade e pacifismo (PADOIN, 2006, p. 40).

As obras e autores acima mencionados de caráter “descritivo-positivista”, fornecem indícios para a presente pesquisa, por exemplo Augusto Tasso Fragoso (1939) proporciona importantes indícios sobre a presença do Exército farroupilha em Santa Maria. No entanto, os autores fornecem elementos para além da História de Santa Maria, trazendo discussões em relação à economia, política, fronteira, República Rio-Grandense, relação com o Prata.

Após esta revisão dos autores que possuem um posicionamento teórico-metodológico “descritivos-positivistas”, caracterizados pela negação do caráter separatista e pela defesa da brasilidade da Revolução Farroupilha, passaremos a destacar alguns autores que entendemos, com uma fundamentação de uma “historiografia crítica”, ou seja, que analisam a Revolução Farroupilha a partir de uma visão crítica.

O primeiro texto a ser abordado é “*Raízes Socio-econômicas da Guerra dos Farrapos*” de Spencer Leitman (1979). Tal autor, ao contrário dos “descritivos-positivas”, defende o caráter separatista da Revolução Farroupilha e a ligação entre os rio-grandenses e os uruguaiois. Com a tomada do poder em 20 de setembro de 1835 pelos líderes farroupilhas, os farrapos que ocupavam cargos importantes na Guarda Nacional procuraram construir uma estrutura popular para a rebelião, o que levou à proclamação da República rio-grandense e a instalação da República Piratini.

Conforme Leitman (1979, p.25), a República visava mais a separação e o republicanismo do que apenas a mudança dos governantes no poder central. O autor destaca o papel da Guarda Nacional na Revolução Farroupilha, pois configuram-se no pilar central das armas farrapas no cerco à Porto Alegre. Além disso, Leitman (1979, p. 35) salienta que os países da região platina apoiavam a revolução republicana e separatista dos rio-grandenses, recebendo canhões, munições e tropas. Porém, nunca tiveram apoio diplomático concreto, apesar dos

tratados assinados (LEITMAN, 1979, p. 36). Nota-se que o autor frisa a importância das relações entre as lideranças platinas e rio-grandenses, afirmando que essas ligações político-econômicas com os caudilhos vizinhos, estimularam o entendimento político dos líderes farroupilhas. Ademais, Spencer Leitman (1979) entende a Revolução Farroupilha como um empreendimento que visava a autonomia econômica regional.

Outro autor que se adequa ao grupo de “historiografia crítica” a Revolução Farroupilha é Moacyr Flores, ao qual se destaca a obra *“Modelo Político dos Farrapos”*. Nessa produção, o autor pretende definir quais ideais políticos foram base para o modelo político da República Rio-grandense, isto é, identificar as diversas linhas ideológicas que guiaram os liberais da Província de São Pedro. Fazendo um pequeno adendo em relação ao uso do conceito Revolução para referenciar o fato histórico de 1835-1845, salienta-se que é feito o uso do termo considerando que ocorreu uma mudança por forças violentas no governo da província de São Pedro, convertendo as instituições monárquicas em republicanas, tomando cuidado para não interpretar termos do século XIX com o sentido atribuído na atualidade, em outras palavras, utiliza-se o termo no mesmo sentido empregado pelos farroupilhas (FLORES, 1982, p. 22). A respeito da orientação política dos farrapos o autor apresenta a ideia de contrato social de John Locke.

Este tipo de contrato justifica doutrinariamente qualquer revolução, pois basta o governante abusar da autoridade para violar o contrato e o povo reassumir a soberania originária. Desta maneira, se o príncipe exorbitasse de suas funções, impondo um sistema tirânico, os súditos tinham o direito de destituí-lo. Os ministros do Império foram acusados de déspotas pelos liberais, ocasionando a troca de gabinetes no primeiro reinado, depois atacaram o Imperador pela imprensa, apontando-o como absolutista e violador da Constituição (FLORES, 1982, p. 32)

Os farroupilhas aplicaram o contrato social como fundamento para destituir os presidentes da província. No entanto, segundo Flores (1982, p.34) o “absolutismo de Bento Gonçalves, no cargo de presidente da República, Rio-grandense”, justificou-se a partir do contexto da guerra, de forma que é notório que os farrapos buscaram o apoio da população, contudo, não oportunizaram a população a escolher seus representantes. Nesse sentido, a maior parte da população rio-grandense não participava politicamente das decisões do Estado, pois escravizados e a população analfabeta não possuía direito ao voto.

No que diz respeito às influências platinas no movimento farroupilha, Moacyr Flores (1982, p. 72) afirma que ocorreu uma importante relação entre líderes uruguaios e os farroupilhas, porém, para o autor, isto não prova que o movimento farroupilha seja platino.

Nessa perspectiva, pontua-se que dentro da corrente liberal a “paz e tranquilidade” só é possível com a soberania da nação, logo a federação com as nações platinas seria a perda da independência, o qual lutavam os liberais rio-grandenses (FLORES, 1982, p. 73). Ou seja, a ideia separatista não visava união com os outros estados platinos. O anseio pela descentralização do poder central brasileiro, acarretou na independência da Província de São Pedro do Rio Grande.

O historiador Moacyr Flores (1982), ao contrário de autores citados anteriormente como Souza Docca (1935) e Walter Spalding (1939), defende o caráter separatista do movimento farroupilha: Para Flores (1982 “os farroupilhas não proclamaram uma república brasileira, mas um Estado livre e independente que em tempo hábil teria suas instituições próprias como Câmara de Deputados e Constituição” (FLORES, 1982, p.124).

Além disso, o autor argumenta que a concepção de federação não era em relação ao Brasil, e sim que as outras províncias brasileiras aderissem a forma de governo republicano e se juntassem à República Rio-grandense. A ideia de independência oferecia a imagem de separação do poder imperante, desse modo os republicanos buscavam que seu Estado independente fosse reconhecido por outros Estados de grande poder. Somado a isso, a República Rio-grandense possuía bandeira, hino e embaixadores próprios em seu Estado independente.

Prosseguindo com os textos de abordagem de teórico-metodológica crítica, destaca-se o capítulo “*Uma certa Revolução Farroupilha*” de Sandra Jatahy Pesavento (2009), que integra o volume II (1831-1870), “*O Brasil Imperial*”, da coleção “*O Brasil Imperial*”. A autora inicia o texto frisando que o conflito envolveu os estancieiros do Sul, mas além deles lutaram na guerra os peões das estâncias e também a população das cidades, tornando-se um marco de alusão para a identidade gaúcha (PESAVENTO, 2009, p. 235).

Outro aspecto a ser destacado é a proximidade entre os líderes locais rio-grandenses com os caudilhos vizinhos do Prata. A elite local, com grandes interesses no Uruguai, que por vezes possuíam terras que se estendiam da província de sulina brasileira até o Uruguai, tinham afinidades com os demais platinos seja pelo comércio, guerra ou parentescos, construídos por matrimônios. Contudo, a política do Prata não era estável, assim essa elite eventualmente entrava em conflito com os vizinhos platinos, para em seguida formar alianças (PESAVENTO, 2009, p. 243-244).

Uma outra questão destacada é como os farroupilhas obtinham recursos para promover a guerra, pois o porto de Rio Grande, o único porto da República rio-grandense, esteve durante toda a década de conflito em posse dos legalistas. Para responder essa questão, Sandra

Pesavento (2009, p. 249), traz à luz novamente a importância da fronteira no contexto da Revolução Farroupilha, pois os farrapos utilizavam do porto de Montevideu para exportar seu charque, o qual recebia uma guia falsa certificando ser um “tasajo oriental” (charque do Prata), possibilitando, assim, o ingresso do charque sul-rio-grandense nos portos brasileiros. Além disso, a partir da fronteira o exército farroupilha adquiriu subsídios como armas, cavalos e munições.

Sandra Pesavento (2009, p. 251) explicita um enfoque da Guerra dos Farrapos até então não discutido de forma aprofundada pela historiografia, que é a função central da Revolução Farroupilha na “constituição de um imaginário social sobre o Rio Grande”, que se entende a partir da identidade regional construída e da relação do Brasil com o espaço platino. Além disso, a autora evidencia a participação do Partenon Literário na consagração do gaúcho como brasileiro e a Guerra dos farrapos como o grande evento que coroa a escolha da nacionalidade brasileira. É notório que a historiadora Sandra Pesavento (2009) gera novos debates em relação ao movimento farroupilha, para além do debate da questão separatista e da brasilidade do movimento, de forma a discutir a importância do movimento farroupilha na construção da identidade regional gaúcha.

As questões teórico-metodológicas de uma historiografia mais crítica em relação à temática da Revolução Farroupilha, com o avanço das pesquisas, vão possibilitando novos estudos com novos objetos ou “olhares”.

Entre eles, destacamos o artigo “*O Profeta dos pampas: devoção e revolução no sul do Brasil (século XIX)*”, de autoria de Alexandre de Oliveira Karsburg (2008). O autor apresenta algumas reflexões a respeito da presença do eremita italiano João Maria Agostini no sul do Brasil, nas proximidades da freguesia de Santa Maria, mais precisamente no Cerro do Campestre. Nesse sentido, Karsburg (2008) leva em consideração em sua análise o momento político que passava a província, tendo em vista que a Revolução Farroupilha havia chegado ao fim a pouco tempo, e os desdobramentos do conflito ainda era sentido pelos rio-grandenses.

Nessa perspectiva, o surgimento da devoção no Cerro do Campestre se deu em uma época de agitação nas províncias do extremo meridional do Império. A Revolução Farroupilha recentemente tinha terminado, e as autoridades imperiais estavam preocupadas em incorporar este espaço ao Império. Conforme Karsburg (2008, p. 3), ocorreu um Cisma Eclesiástico durante o período da rebelião, onde muitos padres fizeram parte das organizações revolucionárias, atacando a hierarquia da Igreja no Brasil ao negarem a autoridade do bispo do Rio de Janeiro.

Assim, criou-se uma Igreja independente no Rio Grande do Sul, mas com a mesma orientação doutrinária. Após o final da farroupilha, em sua visita às freguesias do sul do Brasil, o bispo do Rio de Janeiro resolveu esse Cisma. Com isso, os padres revoltosos foram totalmente reintegrados à Igreja, e a única punição que aconteceu foi imposta ao padre Francisco Chagas. Para Karsburg (2008) “A participação do clero em uma revolta de cunho político (como foi a Revolução Farroupilha) nos faz pensar que o interesse dos padres estava muito voltado para a política, para o jogo de poder” (p. 4). Estes aspectos trazidos por Karsburg foram mencionados também tanto, nos estudos de Padoin (2001) como de Padoin e Pereira (2013), onde estes autores se aprofundaram na importância dos sacerdotes como elementos da elite política rio-grandense e farroupilha. Nota-se, que tais estudos irão influenciar no trabalho de Karsburg, mesmo que neste artigo não os mencione. Assim, mais uma vez destaca-se a importante participação dos sacerdotes no movimento farrapo, inclusive como mentores intelectuais da República Rio-grandense.

Outro estudo relevância é o artigo “*História e Memória na Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito*”, publicado por Carla Menegat e Jocelito Zalla (2011) na Revista Brasileira de História, no ano de 2011, no qual os autores apresentam de forma sintética o quadro das manifestações à volta da Revolução, desde o seu acontecimento até o respectivo estabelecimento como “mito fundador” da identidade regional rio-grandense. Em tal estudo percebe-se a influência dos trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento, como o capítulo acima mencionado “Uma certa Revolução Farroupilha” (2009). De acordo com Menegat e Zalla (2011), o folclore e a literatura apresentaram-se, no início do século XX, como uma forma de “registro do mundo que se perdia”. Onde narram lembranças do “tempo antigo”, o dia a dia na pampa e as histórias daquela região que circulavam como lendas, além de canções que relataram uma “era de ouro” dos pampas, que agora só restam taperas.

Segundo os autores, “a literatura voltava-se, então, com maior ênfase, à ideologia, na criação do gaúcho heroico, bravo guerreiro que teria sustentado os interesses portugueses e, posteriormente, brasileiros, na área do Prata, justificando os esforços da elite gaúcha na tomada do poder central” (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 60). Nesse sentido, a recordação da Revolução Farroupilha oportunizou o engrandecimento do gaúcho. Além disso, essa aproximação da imagem do povo rio-grandense com o mundo rural, ao pampa, também apresenta proximidade com a cultura da região platina. Deste modo, entende-se que os autores tratam de uma temática já trabalhada pela historiografia, analisando o processo histórico e sua influência na formação da identidade regional rio-grandense e na construção do “mito fundador”.

Acerca desta temática, Ânderson Schmitt (2018, p. 361) afirma que a lembrança da Guerra dos Farrapos refere-se a um “tempo mítico”, tempo ao qual os acontecimentos tornam-se intocáveis e inalteráveis, sem espaço para novas interpretações que acarretaria na reconstrução de fatos reais. Já em relação ao surgimento da Revolução Farroupilha, Schmitt (2018, p. 364) afirma que teria sido o distanciamento da elite militar do centro do poder, pois, nessa perspectiva, a ordem era estabelecida através das lideranças locais:

Ou seja, os políticos na capital imperial ‘ao mesmo tempo assentiram aos interesses dos proprietários em lugares de todo o país e asseguravam que as elites locais transmitisse suas opiniões’ aos ocupantes dos cargos político imperiais, que eram lançados a partir da própria base local (SCHMITT, 2018, p.365).

Nesse sentido, sendo os governantes enviados pelo Império ao Rio Grande do Sul, e sendo esses não pertencentes à elite da província, foi uma das questões reclamadas pelos rio-grandenses e que impulsionaram a eclosão da Revolução.

Seguindo à proposta de apresentar os novos debates que surgiram a respeito da Revolução Farroupilha, destaca-se o artigo intitulado “Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso” de Laura Dornelles (2010). De acordo com esse texto, do início da farroupilha em 1835 até o fim da Guerra em 1845, o contexto político rio-grandense sofreu grandes transformações. Para analisar os rumos tomados pelo movimento farrapo, a autora pontua três momentos cronologicamente demarcados: setembro de 1835 a setembro de 1836, isto é, da deposição de Fernandes Braga à proclamação da República Rio-Grandense; setembro de 1836 a maio de 1840, isto é, da proclamação da República Rio-Grandense à campanha da maioria de Dom Pedro II; maio de 1840 a fevereiro, da maioria à pacificação do Rio Grande do Sul.

O autor Moacyr Flores (1982) já havia analisado a Revolução Farroupilha a partir de três períodos, contudo o autor separou-os em momentos diferentes, considerando o terceiro recorte após o fim da Revolução, enquanto Dornelles (2010) não trabalha o período pós Revolução. O primeiro momento é caracterizado pela arquitetura do movimento, comandado por homens de destaque no quadro riograndense, como militares, charqueadores, comerciantes e grandes estancieiros - a chamada ‘elite farroupilha’. Com a continuação da política de centralização do Império, a revolta resultou na proclamação da República Rio-Grandense.

O segundo momento corresponde ao período em que os homens do General farroupilha Antônio de Sousa Netto conseguiram uma grande vitória sobre as tropas do Coronel João da Silva Tavares, em 9 de setembro de 1836, na vitória que ficou conhecida como o Combate do

Seival, e após a conquista Neto proclamou a República Rio-Grandense. De acordo com a autora, a partir desse momento o movimento sulista passava a ter um caráter separatista e a situação política rio-grandense começava a mudar de uma província brasileira para um novo Estado.

A partir de 1840, começou um período de declínio das forças farrapas. Após as reuniões da Assembleia Constituinte, em 1842, a situação agravou-se, pois ficaram mais explícitas as divergências entre os líderes farroupilhas. “Nesse terceiro e último momento da Guerra Farroupilha, a polarização entre seus líderes delineou-se mais claramente e o grupo ‘minoritário’ adquiriu grande poder no desenrolar do conflito contra o Império, haja vista o próprio afastamento de Bento Gonçalves do governo, em agosto de 1843” (DORNELLES, 2010, p.171). Ou seja, o poder passou para o grupo da “minororia” liderado por David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura. Isto acabou resultando com a pacificação do conflito, no Acordo de Ponche Verde. Em 1845, as forças farrapas estavam enfraquecidas, dificultando a preservação da República, além das divergências dentro do movimento.

Com relação ao caráter separatista do movimento farroupilha, Dornelles (2010) afirma que no início o movimento não tinha viés separatista, contudo a falta de negociação com o poder central culminou com a proclamação da República Rio-Grandense, a partir da República o movimento ganhou um caráter separatista. Assim, se observa que Dornelles (2010) tem por inspiração Maria Medianeira Padoin (2021), como Moacyr Flores (1982) e Helga I.L.Piccolo (1986/87).

Para compreender a influência da Revolução Farroupilha nos anos após o acordo de paz e no seu decorrer do conflito nos municípios da fronteira, observa-se como Edson Paniagua (2012) apresenta esse contexto em sua tese de doutorado defendida no ano de 2012, com o título “*A construção da Ordem Fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-Rio-Grandense (1852-1867)*”. Este estudo tem por objetivo demonstrar por meio de estratégias eleitorais e seus desdobramentos, como acontece à construção de territórios políticos e grupos de poder no município de Alegrete.

Sob este viés, o autor destaca alguns conceitos como Fronteira, Território e Rede, que estão permeados pela noção de poder exercido pelos potentados locais. Conforme Paniagua (2012), após o início do movimento Farroupilha em 20 de setembro de 1835, a câmara da vila de Alegrete, nesse contexto de tumulto, manteve-se afastado da rebelião. A Câmara estava preocupada com a segurança da vila, tremendo uma possível agressão da República Oriental do Uruguai, que poderia aproveitar-se desse contexto de instabilidade. De acordo com Paniagua (2012), durante quase dois anos do desenrolar do movimento farroupilha, a câmara da vila de Alegrete permaneceu ligada ao Império.

Após ruptura com o Império e alinhar-se à República Rio-grandense, a Câmara Municipal manteve ativa sua função legislativa durante o período de 1837 a 1844, em contexto de guerra civil. Isso indica que tanto a Câmara de Alegrete quanto às demais câmaras republicanas, ao fornecerem suporte político à República Rio-grandense, fizeram uso do aparelho administrativo, político e jurídico do Império Brasileiro.

Na obra de Souza Docca (1835), abordada anteriormente no estudo, pontua-se que o autor utiliza de documentos, principalmente, oriundos da Câmara de Alegrete para justificar a sua negação do caráter separatista da Revolução, contudo Paniagua (2012) afirma que não foi imediato a adesão de Alegrete ao movimento farroupilha, ou seja, Souza Docca (1835) buscou definir a posição, separatista ou não do movimento, utilizando de documentos de uma Câmara que aderiu a República Rio-Grandense apenas alguns anos após o desenrolar da Guerra.

Segundo Paniagua (2012), a instabilidade política do período regencial refletiu-se também nas eleições municipais, paroquiais e nos colégios eleitorais. Desta forma, o autor destaca a violência e a fraude presentes nas igrejas, os locais de votação. Nesse quadro de agitação política e eleitoral deu-se em abril de 1838 a eleição do último regente, Araújo Lima e foi marcado o avanço da centralização monárquica.

Assim, a década de 1840 foi caracterizada pelo regresso conservador, mas em relação às fraudes não foi diferente da década anterior. (PANIAGUA, 2012, p. 122). O estudo de Paniagua (2012) torna-se importante para entender os desdobramentos da Revolução Farroupilha no século XIX na província, pois apesar do autor delimitar o período abordado na tese, 1852-1867, necessita-se tratar do contexto do movimento farroupilha, o qual influência nas questões políticas que se desenrolaram nas décadas posteriores ao acordo de paz.

Nos últimos anos, a historiografia passou a abordar temas anteriormente não privilegiados pelos historiadores. Nessa perspectiva, destaca-se o estudo intitulado “*Um só não escapa de pegar em armas*”: as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845)” de Eduardo Santos Neumann (2014). O artigo tem por objetivo repensar a história da Revolução Farroupilha levando em conta a presença e a participação dos indígenas. Conforme Neumann (2014, p. 88), as pesquisas históricas têm evidenciado a atuação dos indígenas enquanto “agentes sociais” e como mediadores culturais na América portuguesa, colocando em destaque as diferentes estratégias adotadas pelos povos indígenas frente às situações de conflitos.

Contudo, a presença das populações indígenas instaladas no sul da América portuguesa é pouco referida pela historiografia rio-grandense, assim escrever a história indígena no Sul ainda segue como um desafio aos historiadores. O autor ressalta a participação das populações ameríndias nos conflitos imperiais. Na campanha, nos campos de criação de gado, os recursos

humanos dos farrapos eram heterogêneos. “Parte significativa dos efetivos militares farroupilhas era constituída por peões e agregados das estâncias, entre os quais figuravam indígenas” (NEUMANN, 2014, p. 91).

Segundo Neumann (2014), o governo republicano teve que adotar medidas de emergência para garantir a continuidade das operações nas frentes de batalha, uma delas foi o alistamento por vezes compulsório de indígenas. Uma das alternativas encontradas para ampliar o contingente militar foi recorrer ao recrutamento de indígenas. De acordo com Eduardo Neumann (2014, p. 93), além de atuarem na infantaria, os indígenas destacam-se enquanto lanceiros. A formação de um corpo de lanceiros indígenas, para lutar com os farroupilhas, atendia às necessidades mais urgentes dos comandantes militares, ou seja, homens hábeis para pegar em armas e lutar contra as forças imperiais.

Assim, segundo o autor, “a presença indígena na Guerra dos Farrapos, ao contrário do que se poderia supor, não esteve restrita às forças rebeldes. Além de formarem parte das milícias republicanas, conforme exposto, os índios também serviram às forças imperiais, atuando no serviço das armas” (NEUMANN, 2014, p. 95). Nesse sentido, é sabido que o estudo de Neumann (2014) é de suma importância para a historiografia rio-grandense, especialmente para aquela que trata dos conflitos militares na província, os quais até então não abordaram a significativa atuação dos indígenas nestes conflitos do século XIX.

Outras abordagens que surgiram sobre a Revolução Farroupilha estão ligadas à história local que aborda o contexto da farroupilha em determinada região da Província ou em um município. Assim, destaca-se a dissertação de mestrado de Alessandro de Almeida Pereira (2015), com o título “O Poder Local e a Institucionalização da República Rio-Grandense (1836-45)”. O estudo de Alessandro Pereira (2015), tem por objetivo analisar a atuação do município como local do poder institucionalizado, meio de atuação política e representativa da elite farroupilha no decorrer do processo de formação da República Rio-Grandense, levando em consideração a participação das instituições locais, além do papel desempenhado pelos intermediários políticos nas suas redes de influência social durante o decênio Farroupilha.

O texto de Pereira (2015), contribui para o nosso estudo, pois ele apresenta a carência de pesquisas historiográficas que debatem as freguesias, vilas e municípios como centros de relações de poder e as organizações como local de legitimação da República Rio-Grandense. Quanto à institucionalização da República Rio-Grandense, afirma-se que não significa apenas a soberania dos lugares de poder local, mas sim uma função simbólica destes espaços locais, ou seja, a representação de um Estado independente. Nessa perspectiva, a institucionalização implicou na construção de uma estrutura renovada para o Estado Rio-Grandense (PEREIRA,

2015, pg. 40). Isto é, a criação de Ministérios e decretos que reestruturaram a organização local para assegurar a institucionalização, dentre os decretos destaca-se a criação do cargo de Vigário Apostólico, que resultou no rompimento com o Bispado do Rio de Janeiro, assim reorganizou-se o clérigo rio-grandense, tornando a República responsável pelas paróquias e curatos.

Outro aspecto importante exposto por Alessandro Pereira (2015), é a questão das relações sociais - que será trabalhado no segundo capítulo do nosso estudo-, que foram de grande importância para o exercício do poder e para o andamento das instituições locais. De acordo com Pereira (2015): “essas relações já demonstram como os grupos estavam articulados em torno das instituições locais, formavam facções que, no período da Revolução Farroupilha, dominaram ou visaram controlar o exercício institucional municipal” (PEREIRA, 2015, p. 75). Relações estas que influenciaram no processo de institucionalização da República e no controle local pelas elites.

Após ser apresentada as questões historiográficas da Revolução Farroupilha e os debates que surgiram sobre a temática, que contribuíram com um novo olhar sobre objetos, até então, não privilegiados na historiografia. Nessa perspectiva, no próximo capítulo, trabalha-se com Santa Maria na Revolução Farroupilha, a partir de uma História local/regional, de uma freguesia da província, ao contrário da grande maioria dos trabalhos sobre a Revolução Farroupilha, que trabalham principalmente com as capitais da República Rio-Grandense.

3. A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE

Com a intenção de aprofundar a compreensão da história de Santa Maria, apresentaremos inicialmente o levantamento bibliográfico sobre a Revolução Farroupilha na história local e regional. Nesse sentido, o nosso objetivo foi compreender como a Revolução Farroupilha é tratada nos livros sobre a história de Santa Maria, identificando os assuntos abordados e aqueles que foram esquecidos. Entre as obras analisadas, duas são consideradas as principais referências sobre a história de Santa Maria: “*Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1930*”, de Romeu Beltrão (1958) e “*História do município de Santa Maria*”, de João Belém (1933).

Contudo, essas obras possuem um caráter memorialista, o que implica na forma como a farroupilha é narrada em Santa Maria, quais assuntos são tratados e quais são negados. A partir dessas obras, é possível perceber como a Revolução Farroupilha é apresentada na cidade de Santa Maria em diferentes períodos, e quais fatores contribuem para as representações da história. Segundo Tiago Martins Goulart (2007, p. 70), as obras de Belém e Beltrão nos apresentam importantes elementos que permitem compreender como a história foi escrita no interior do Rio Grande do Sul, sendo tais obras consideradas um modelo da história da cidade, interpretadas comumente como as obras que abrangem todo o processo de formação do município, ou pelo menos, os “acontecimentos importantes”.

A partir das pesquisas, desenvolveu-se um debate relativo às informações contidas nas obras acerca de Santa Maria e ao que foi encontrado nos documentos do Acervo do AHRGS. Neste sentido, a obra de Romeu Beltrão (1958) discute alguns dados e fatos apresentados por João Belém (1933), porém é crucial considerar o contexto em que essas obras foram produzidas. Beltrão (1958) escreve seu texto 25 anos após a publicação de Belém (1933), assim ele traz novos argumentos e fontes sobre a história de Santa Maria, questionando afirmações e referências de Belém sobre a Revolução Farroupilha, inclusive analisando algumas fontes apresentadas por João Belém.

A título de exemplo, uma das questões abordadas é em relação à participação de Santa Maria da Bocca do Monte na Farroupilha e à participação de imigrantes alemães na Revolução. No tocante ao comércio em Santa Maria durante o período da Revolução (1835-45), Belém enfatiza que os imigrantes foram os principais comerciantes da região. Segundo o autor, esses imigrantes não possuíam ligações políticas na Guerra Farrapa:

Apesar da luta cruenta que ensanguentava o solo rio-grandense, criando insuperáveis dificuldades ao exercício do comércio na zona conflagrada, Santa Maria, por uma

circunstância fortuita, gozava de certo desafogo. Vejamos a causa dessa excepcionalidade. Como, anteriormente, já nos referimos, ao explodir a Revolução Farroupilha já comerciavam, na sede do Curato, dois alemães - João Appel e Gabriel Haeffner - outros vieram durante a Revolução e até o seu fim, em 1845. A esses homens, fortes e resolutos, deve-se o curioso fato de não ter desaparecido, como aconteceu em outros lugares do interior da Província, o comércio fixo local. É que, amparados na fragilíssima condição de estrangeiros recém-chegados, sem nenhuma ligação política a um ou outro partido, conseguiram relativa imunidade que lhes criava uma situação privilegiada, qual não poderiam alcançar os filhos da povoação, obrigados a decidir-se por esta ou aquela das hostes combatentes (BELÉM, 2000, p. 97).

No entanto, pesquisas mais recentes indicam uma relação política, econômica, e social entre imigrantes e os oficiais farroupilhas. Por exemplo, entre o Tenente-Coronel José Alves Valença e o comerciante alemão João Appel, que possuíam relações familiares através dos laços matrimoniais estabelecidos entre seus casais de filhos. Conforme Fabricio Nicoloso (2013), João Appel manteve ligações com indivíduos que o conectam aos círculos de poder político provincial, sendo Valença um desses indivíduos.

Para Nicoloso (2013), os imigrantes alemães conseguiram prosperar com seu comércio durante a década de conflito, pois souberam tirar proveito daquele momento, além do fato de serem estrangeiros o que os isentava de atuar diretamente no conflito, pois os contatos que mantinham com as lideranças políticas da localidade também influenciavam diretamente na prosperidade econômica desses imigrantes.

Em relação à participação dos Imigrantes alemães na Revolução Farroupilha, de acordo com Hilda Flores (2008, p. 30) cerca de um terço dos colonos alemães da província incorporaram as tropas farrapas, como voluntários ou recrutados à força. A respeito do recrutamento na colônia de São Leopoldo, a autora pontua que, “para lograr maior êxito, os farroupilhas intercalavam promessas mirabolantes com ameaças atemorizadas. Entre as primeiras: duas datas de terras, gado *vacum* e equino, além de pagamento de subsídios atrasados; entre as ameaças: queima das propriedades dos recalcitrantes” (FLORES, 2008, p. 29).

Sobre os comerciantes estrangeiros na Revolução Farroupilha, destaca-se a importância destes, pois eram responsáveis pelo fornecimento de armas, alimentos, animais e mercadorias gerais, também transportavam correspondências e faziam cobranças, alguns transportavam mercadorias independente de ser para os farrapos ou legalistas. Dentre os comerciantes destacam-se os irmãos Sarasin, exemplos da dinâmica entre os imigrantes alemães e os revolucionários.

Para Flores (2008), “o comércio oportunizou aos Sarasin servirem aos farroupilhas como elementos de ligação entre os homens em armas e a família destes. Traziam e levavam

correspondência, recados, medicamentos, ordens de pagamento, faziam cobranças, como elementos de confiança do alto escalão administrativo” (p. 47). Em 1842, após os serviços prestados à República Rio-Grandense, os Sarasin foram liberados de prestar contas na coletoria de Alegrete, referentes à importação e exportação de mercadorias.

Retomando a narrativa da história de Santa Maria na Revolução Farroupilha, João Belém (2000)²⁹ retrata Santa Maria como um “município neutro”, isto é, que não tinha lado no conflito. Deve-se levar em conta o contexto do brasileiro no momento em que Belém escreve/publica, uma vez que o texto é produzido durante a chamada Era Vargas, precisamente no ano de 1933. Portanto, compreende-se que Belém buscou afastar o caráter separatista da Revolução Farroupilha, aspecto este já observado nos textos apresentados anteriormente, e também buscou negar a participação dos Imigrantes alemães da freguesia de Santa Maria na Revolução, alinhando-se à “neutralidade” do povoado.

Conforme Ieda Gutfreind (1992, p. 20), na década de 1920 surgia o discurso historiográfico que defendia a origem lusitana do Rio Grande do Sul e no sentimento de brasilidade da população rio-grandense. No período pós 1920 surge a preocupação de rememorar a história rio-grandense, principalmente o período da Revolução Farroupilha. “Observa-se nessa atitude um esforço para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhe à do Brasil” (GUTFREIND, 1992, p. 20).

Nesse contexto, o golpe de 1930, que levou o sul-rio-grandense Getúlio Vargas à presidência do país, incentiva a representação histórica da identidade brasileira, a brasilidade do Estado do Rio Grande do Sul. Para essa representação realizar-se, a historiadora afirma: “O instrumento utilizado é a História, e os seus manipuladores, os historiadores e os políticos gaúchos” (GUTFREIND, 1992, p. 21). Isto é, os historiadores tinham a função de representar a nacionalidade do Rio Grande do Sul na história do Brasil, definindo uma identidade histórica.

Quando se trata da temática da Revolução Farroupilha em Santa Maria, os autores apontam desafios para encontrar fontes sobre esse período na região e também mencionam que a região não foi palco de grandes batalhas.

No decênio farroupilha não é muito rica a crônica santa-mariense, à falta de fontes informativas e de acontecimentos importantes, além dos registrados nesta ‘Cronologia’, bastante pálidos se comparados aos de outros lugares gaúchos. Não deve haver dúvida de que alguma coisa foi perdida no incêndio dos arquivos farroupilhas de Cachoeira, mandados queimar pelo Major Imperial José Vitor de Oliveira Pinto, em praça pública, a 11.6.1840, por ocasião da tomada da vila na véspera, pelas forças legais. Como Santa Maria era 4º Distrito de Cachoeira, muita

²⁹ A primeira edição da obra foi publicada em 1933, no entanto no presente estudo utiliza-se a versão mais atualizada da obra de 2000.

coisa se deve ter perdido para a reconstituição do período farroupilha em nossa terra (BELTRÃO, 2013, p.150).

Assim, Beltrão (2013)³⁰ ressalta a falta de fontes específicas sobre a Revolução Farroupilha em Santa Maria, enfatizando que os eventos em Santa Maria foram menos significativos em comparação com outras regiões da Província do Rio Grande do Sul. Entretanto, constatamos, a partir das pesquisas nos Volumes da Coleção Varela (CV), apesar da ausência de registros de grandes batalhas em Santa Maria, a região era frequentemente ponto de passagem, paragem e abastecimento das tropas, constituindo-se em um ponto estratégico para a passagem em direção aos campos de cima da Serra e a Campanha. Isso indica que o distrito de Santa Maria era frequentado tanto por tropas farroupilhas quanto imperiais. No entanto, Romeu Beltrão (2013) destaca que em 1839, os representantes de Santa Maria e dos outros distritos de Cachoeira, juntamente com sua Câmara municipal, prestaram solene juramento à República Rio-Grandense.

Quanto à presença dos farrapos em Santa Maria, Beltrão (2013) menciona em seu livro - o que também foi observado nas correspondências analisadas-, a presença do General Bento Gonçalves e do Coronel Davi Canabarro em 1841, vindos de Cruz Alta por São Martinho e pela picada da Bocca do Monte. Fato este também mencionado por Augusto Tasso Fragoso (1939). Segundo Romeu Beltrão (2013) os farrapos encontraram poucos recursos na frágil freguesia, ainda mais prejudicada pelos eventos da Guerra.

Contudo nas correspondências encontradas na Coleção Varela, os farroupilhas receberam 40 cavalos e 7 ou 8 carretas de farinha na localidade. Como já mencionado, Canabarro permaneceu em Santa Maria com 3.500 homens, número elevado para época no povoado, considerando que, em 1847, a população do Distrito de Santa Maria era de aproximadamente 2.100 habitantes (BELTRÃO, 2013, p. 184). Canabarro permaneceu na povoação por um ano, relativamente inativo e praticamente sob vigilância do Exército Imperial, até que Caxias iniciou sua marcha pelo Jacuí, pelo Passo de São Lourenço próximo a Cachoeira, dando início ao seu plano de ação de vencer os farrapos e pacificar a Província.

Já nas últimas movimentações da Revolução Farroupilha, como parte dos planos de Caxias, um destacamento de 200 homens do 2º Batalhão de Fuzileiros do Rio Pardo guarneceu o distrito de Santa Maria, a fim de ocupar lugares do povoado e impedir que os revolucionários obtivessem recursos.

³⁰ A primeira edição foi publicada em 1858, na presente pesquisa é utilizada a terceira edição de 2013.

Ao retratar o cotidiano do povoado de Santa Maria, Romeu Beltrão (2013), apresenta a povoação muito abalada pela guerra. Muitas casas comerciais fecharam as portas, temendo o saque por parte de bandos armados e devido às requisições. Os moradores do povoado aderiram às tropas dos dois partidos, especialmente ao exército farroupilha, devido à inclinação liberal da população. A freguesia de Santa Maria forneceu recrutas às tropas do Coronel José Gomes Portinho e do Tenente-Coronel José Alves Valença, líderes liberais respectivamente de Cachoeira e de Santa Maria.

Assim, percebe-se que, enquanto João Belém (2000) afasta o caráter separatista de Santa Maria em sua obra, já Romeu Beltrão (2013) descreve Santa Maria como simpatizante e apoiadora dos farrapos, tanto com tropas quanto com importantes líderes militares no exército Farroupilha. Para compreender o cotidiano da população, fez-se o uso de memórias que abordam o período da Revolução Farroupilha em Santa Maria. Uma dessas obras é “Memórias de João Daudt Filho”, publicada pela terceira vez em 1949, no Rio de Janeiro. No texto, João Daudt Filho descreve as experiências cotidianas do povoado durante a Revolução Farroupilha, a partir das lembranças de seu avô, Gabriel Haeffner:

Pouco antes de irromper a guerra civil de 1835 mudou-se para Santa Maria, indo engrossar a fileira dos esforçados pioneiros que fizeram desse modesto povoado um adiantado centro comercial e industrial. No mesmo ano de sua chegada, irrompeu a Revolução Farroupilha, sobrevivendo a desordem, a anarquia e o saque, praticados por bandoleiros que infestam o pacato povoado. Muitas vezes os negociantes eram obrigados a defender à mão armada suas vidas e propriedades. Por tudo isso, desgostoso, retirou-se para Rio Pardo, onde existiam mais garantias. Dali regressou em 1841. Muitas vezes ouvi do meu avô a narração de cenas horríveis, praticadas pelos salteadores das casas de negócio. Contava ele que nos matos que rodeavam Santa Maria havia ‘malocas’ de ladrões, de onde partiam bandos que repentinamente atacavam a cidade, carregando o roubo na garupa (DAUDT FILHO, 1949, p. 23-24).

Nessa perspectiva, a freguesia é retratada como palco devastado pela guerra e que vivenciou tal realidade. No entanto, a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa no acervo do AHRGS, juntamente com estudos recentes sobre o tema, nota-se a participação da elite de Santa Maria na Revolução Farroupilha, destacando a atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença, influente estancieiro-militar da região central da Província.

3. 1 A ELITE FARROUPILHA EM SANTA MARIA: ATUAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS/FAMILIARES

Para abordar e entender a atuação da elite farroupilha do distrito de Santa Maria da Bocca do Monte durante a Revolução Farroupilha, a partir das fontes disponíveis, optou-se por abordar a figura do Tenente-Coronel José Alves Valença. Desta forma, a pesquisa buscou

evidenciar a participação de Santa Maria na Guerra Farrapa, centrando-se na trajetória político-militar do Tenente-Coronel José Alves Valença, visando-se assim confirmar a atuação da elite farroupilha composta por estancieiros, militares, comerciantes, imigrantes e sacerdotes.

No que tange a nossa especificidade na pesquisa com as fontes sobre a Revolução Farroupilha em Santa Maria foram realizadas pesquisas em documentos registrados na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e na Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva. De acordo com Miranda (2016), embora alguns documentos tenham sido dispersos ou destruídos devido aos conflitos, alguns resistiram à Guerra Farrapa e, posteriormente, foram reunidos em coleções e assim preservados e divulgados.

A Coleção Varela, que faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, contém documentos da coleção de Domingos José de Almeida e os documentos incluídos por Alfredo Varela. A Coleção, entre outros, possui documentos ligados ao Distrito de Santa Maria da Bocca do Monte, à Vila de Cachoeira e ao Tenente-Coronel José Alves Valença. Conforme Miranda (2016), os documentos da Coleção Varela estão dispostos em nove grupos: correspondências, abaixo-assinados, atos oficiais, contadoria e coletorias, iconografia, impressos e jornais, diversos, anônimos e não identificados, incompletos.

Nessa perspectiva, a partir das pesquisas realizadas, visa-se destacar a participação de Santa Maria e sua elite na Guerra Farrapa, um aspecto pouquíssimo abordado nas obras que tratam da história da região como da própria Revolução Farroupilha. Com isso, justificamos a necessidade de estudar a elite de Santa Maria na Guerra Farrapa e entender a sua posição política e atuação.

3. 2 O “PERVERSO VALENÇA” NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Conforme Romeu Beltrão (2013, p. 98), José Alves Valença foi batizado em Rio Pardo no dia 28 de abril de 1811, sendo filho de José Alvares Nogueira, da Freguesia de Vicente Ferreira localizado no Arcebispado de Braga, Portugal e, de Ana Nunes do Nascimento, natural de Rio Pardo. No entanto, Beltrão pontua que Valença veio ainda jovem para Santa Maria, e quando se casou declarou ser filho de José Alves Valença (falecido).

Não foi possível descobrir-se o local e data de nascimento de Valença, mas, em face do registro de batismo e de haver ele declarado ter 47 anos, numa relação de oficiais da Guarda Nacional, em 20.09.1858 (Francisco Salles), pode-se aceitar 1811 como o ano de seu nascimento e em Rio Pardo (BELTRÃO, 2013, p. 98).

Nessa perspectiva, Valença havia alterado o sobre “Alvares” para “Alves” e teria adotado “Valença”, talvez referenciando algum local ou pessoa³¹.

Figura 04 - Retrato de José Alves Valença



José Alves Valença

Fonte: VALENÇA, José Alvares. **Imagens.** Family Search³².

Romeu Beltrão (2013, p. 140-144) também cita que em 12 de novembro de 1834, Valença casou-se em Santa Maria com Maria Máxima de Oliveira, natural de Santa Maria, filha de Maximiano José de Oliveira e Eufrásia Maria do Espírito Santo de Oliveira. O casal teve quatro filhos: José Alves Valença Júnior, apelidado de Cazuza (1835 - 1892); Maria Alves Valença (1837-?); Isolina Alves Valença (1842 - 1865); Cândida Alves Valença (1853-?)³³. A respeito das propriedades da família Valença, Romeu Beltrão (2013) cita que José Alves Valença era proprietário da Fazenda do Arenal.

Com relação à trajetória militar de Valença, tem-se que em 1837 ele foi comandante geral da polícia de Santa Maria e assina-se como Tenente e, nesse mesmo ano, Valença já se assina como capitão. Romeu Beltrão (2013, p.155) menciona um episódio de Valença em 1837, a partir de uma citação de Varela (1933, p. 476), em que Beltrão denomina esse acontecimento

³¹ Beltrão (2018, p. 140) afirma ter ocorrido essa troca pelo hábito de abreviar os sobrenomes.

³² Disponível em: https://www.familysearch.org/photos/artifacts/151174009?cid=mem_copy. Acesso em setembro de 2023.

³³ A data de falecimento de Cândida não foi localizada. Apenas sabe-se que ela se casou em 1872 no município de Montenegro com o Dr. João Inácio Teixeira de Paiva e faleceu em Júlio de Castilhos.

de “Episódio de Valença em Cruz Alta”. Nessa menção, Valença é referido com Major e recebe o adjetivo de “esforçadíssimo e intrépido”, em que o Major Valença era o Comandante Geral de Polícia de Missões.

Mandado o esforçadíssimo e intrépido José Alves Valença a Cruz Alta, para constituir a unidade revolucionária que devia guardar o município, agremiou uma, com a qual entrou pouco depois em choque. Nele foi batido, sem quase combate, porque os seus falsos companheiros se bandearam logo para outra hoste. Desceu a Serra a unhas de cavalo, jurando que havia de dar aos pérfidos uma lição de mestre. Colhidos prisioneiros, na sua maioria, numa subsequente ação, Valença cumpriu sua palavra, sacrificando, inexorável, os que o tinham negramente abandonado. Traidores eram. Pois bem, acarretou-lhe censores universais, o que se teve por demasiado, na sua falta de misericórdia; segundo informe ao autor, de Felicíssimo J. Martins, que era amigo pessoal do herói e muito lhe celebrava os serviços e sua magnânima, impoluta gestão em missões, como chefe de polícia (VARELA, 1933, p. 476).

Romeu Beltrão (2013, p. 155), complementa que Valença foi vítima de uma traição e só conseguiu escapar pois conseguiu cavalos emprestados, na atual cidade de Júlio de Castilhos, na estância do “tal Padilha Rico”, substituindo seus cavalos cansados, consegue chegar até a freguesia de Santa Maria. Em relação ao ataque de Valença aos seus “traidores”, Beltrão (2013, p. 160), cita um trecho da obra “Missões Orientais e seus Antigos Domínios” de Hemetério José Velloso da Silveira (1979), que faz referência ao episódio do “Rincão da Mortandade”, ocorrido em 1839 no Rincão do Botucaraí, hoje município de Candelária.

Em 1839, acampou no Rincão do Botucaraí uma força de cavalaria republicana ao mando do então Major José Alves Valença. Este mandou dar caçada por todas as fazendas, invernadas e roças, recrutando uma porção de moços aptos para o serviço de campanha. Ou porque tivessem-lhe denunciado um plano de sublevação ou para implantar o domínio do terror, em certo dia, doze desses rapazes foram degolados pelos soldados, ficando os cadáveres insepultos. Essa cena canibal, única em toda aquela década revolucionária, teve lugar num pequeno campo, que por algum tempo se chamou Rincão da Mortandade (SILVEIRA, 1979, p. 309-310).³⁴

Anteriormente a este acontecimento, em 1837 o então Tenente-Coronel Valença assume o comando de um corpo de cavalaria farrroupilha em Cachoeira, vila da qual o distrito de Santa Maria fazia parte. Em dezembro de 1838, o tenente-coronel José Alves Valença comanda o Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de Cachoeira, também com tropas de Santa Maria e participa do cerco a Porto Alegre, prestando nesse mesmo dia juramento de fidelidade à República Rio-Grandense, como integrante da 5ª Brigada.

Conforme Beltrão (2013, p. 158), dos 2.920 farrapos no cerco de Porto Alegre, 300

³⁴ Grafia atualizada para as normas ortográficas atuais.

foram comandados por Valença, Guedes e Carneiro. Já no ano de 1840, Valença participou do “Combate de Taquari” comandando o 1º Corpo de Lanceiros, “os famosos libertos de José Alves Valença”. De acordo com José Iran Ribeiro (2010, p. 234), pela competência de Valença e seu conhecimento da região, além de conseguir reunir combatentes entre a população, ele comanda até o final do conflito, o corpo de lanceiros farroupilhas - os lanceiros chamados “lanceiros negros farroupilhas”.

No ano de 1843, Valença então Comandante Geral de Polícia de Itaqui, foi ordenado por Bento Gonçalves a procurar João Antônio da Silveira, para convocá-lo para a concentração de forças nos campos de Ponche Verde, para assim atrair Bento Manuel Ribeiro. Conforme Romeu Beltrão (2013, p. 117), no combate em Ponche Verde, Valença foi ferido em combate, no entanto em documento de Bento Manuel para Caxias sobre o confronto, refere-se a Valença como “perverso Valença”. “Chama de perverso Valença, provavelmente devido os atos de violências por este cometido e atrás referido” (BELTRÃO, 2013, p.171). Assim, entende-se que Valença recebeu a alcunha de “perverso” por Bento Manuel, pelos acontecimentos no decorrer do decênio de batalhas e também pelo episódio ocorrido no “Rincão da Mortandade”, caracterizada por Hemetério da Silveira (1979) como uma “cena canibal”.

No acordo de Paz de Ponche Verde de 1845, segundo com Romeu Beltrão (2013, p.175) não consta a assinatura do Tenente-Coronel Valença, contudo não é possível saber se ele não estaria no acampamento ou não teria assinado por pertencer ao grupo da maioria liderado por Bento Gonçalves, que não desejavam a paz nas condições acordadas pelo grupo da minoria liderado David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura. Para Romeu Beltrão (2013) a segunda hipótese é mais condizente com a posição de Valença.

Durante a Revolução Farroupilha, de acordo com os documentos encontrados na Coleção Varela, José Alves Valença desempenhou diversas atividades durante os dez anos de conflito. Sendo uma das funções de Valença a captura e recrutamento de homens para o Exército Farroupilha. Na citação a seguir podem ser consultadas informações sobre esta função desempenhada por Valença:

Ao cidadão General João Antônio da Silveira
De Marcelino José do Carmo
Quartel do Comando da Divisão junto ao Passo do Rosário, 14 de janeiro de 1843.
Apresso-me em participar que no dia 9 do regente acampe-me com a Divisão de meu mando no ponto que indicou-me vosso ofício do 1º do luzente.
Junto às relações nominais dos prisioneiros e indivíduos que o Tenente-coronel Valença há recrutado e remetido a este acampamento. Acrescendo ter-me remetido o Tenente Sezefredo 3 recrutas no dia 12 do corrente (data de seu ofício), sendo-me entregues no dia 14 deste mês Américo Marques Trindade e Lúcio Martins

da Silva, moços brancos, Cirino, crioulo, escravo de Sotério de Souza.³⁵ [Grafia atualizada, grifos nossos]

Ao fim da Revolução Farroupilha, Valença manteve-se envolvido na política local e regional. Em 1850, foram escolhidos os eleitores especiais do distrito de Santa Maria para os anos 1850-1852, em uma lista em que José Alves Valença e Maximiano José de Oliveira, sogro de Valença, são escolhidos como suplentes.

Em 1851, quando o Brasil declarou guerra à Oribe e Rosas, de Santa Maria da Bocca do Monte partiu um Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional que se incorporou à Brigada de Cachoeira, sob às ordens do Coronel Portinho. Este Corpo de Cavalaria era comandado pelo Tenente-Coronel Valença³⁶. A respeito da formação do regimento e das armas, Romeu Beltrão afirma:

O regimento é formado por gente de Cachoeira e Santa Maria, compondo-se de dois majores, dois ajudantes, um quartel-mestre, um secretário, um sargento-ajudante, um dito quartel-mestre, oito companhias e um grupo de artilharia, com efetivo superior a 1.200 homens. Será dissolvido em Santa Maria, na Fazenda do Arenal, a 31.8.1852, a qual pertencia ao Ten.-Cel. Valença, após participar da Guerra de Rosas, ficando o armamento e petrechos depositados na fazenda, conforme relatório enviado por Valença ao Presidente da Província, Dr. Luís Alves Leite de Oliveira Belo, que a governava interinamente. Ainda existe a Fazenda do Arenal, subdividida e com a sede primitiva em ruínas (2013, p. 206).

Nesse sentido, após a Revolução Farroupilha José Alves Valença segue sua trajetória político-militar de grande importância regional, tanto no meio militar quanto político. Em 1852, Valença comanda o 24º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, então sediado em Santa Maria da Bocca do Monte e não mais na Vila de São João da Cachoeira. Já no ano de 1857, Valença foi indicado como um dos eleitores especiais do 4º distrito para os anos de 1856-1858, para elegerem em Cachoeira os deputados gerais e provinciais. No entanto, Valença não completou o mandato, pois Santa Maria foi emancipada em dezembro de 1857 (BELTRÃO, 2013, p. 215).

Além disso, Romeu Beltrão destaca que o Tenente-Coronel desenvolveu intensa atividade política em apoio ao Partido Liberal, o qual venceu as eleições no Rio Grande do Sul. Em 16 de dezembro de 1857, a Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, 4º distrito de Cachoeira, é elevada a município por Lei Provincial n. 400. Assim, destaca-se que em abril de

³⁵ CARMO, Marcelino José do. **Relação nominal dos indivíduos que há recrutado o Tenente-Coronel Valença e remetido para o acampamento do Passo do Rosário**. Passo do Rosário, 14 de janeiro de 1843. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRS. CV-3570. 1983. v. 6. p. 320.

³⁶ Comando instituído pela Ordem do Dia n.13, do Conde de Caxias, comandante-chefe do Exército Libertador em Operações contra Oribe e Rosas (BELTRÃO, 2013, pg. 206).

1858, Valença recebeu a Ordem Imperial do Cruzeiro por decreto imperial.

Em 17 de 1858, o Tenente-Coronel Valença foi eleito como o vereador mais votado do novo município e assim o primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte. Resultado este que confirma a sua relevância no meio local. Conforme Jonas Vargas (2010, p. 300), a ascensão política de Valença era resultado de sua atuação militar e serviços desempenhados para os liberais. Ou seja, estas relações estabelecidas no movimento de 1835 influenciaram diretamente na trajetória política de Valença. No ano de 1860, o então Coronel José Alves Valença foi empossado como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 24 de janeiro de 1860. Outra vez, um marco de sua presença em meio à elite local e provincial.

Em 1864 inicia-se a Guerra do Paraguai, nesse período Valença estava de licença médica.

O Cel. Valença oficia ao Presidente da Província comunicando que 'vai entrar no uso de medicamentos, com três meses de licença, concedida pelo comandante do Exército do Sul, João Propício Mena Barreto'. Sofria Valença de estreitamento da uretra e prostatite, que o impedia de montar. Sabe-se que em maio estava em Santa Maria, 'sofrendo de forte estreitamento da uretra', por atestado do 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército José Inácio Botelho de Magalhães, datado de 6.5.1865 (BELTRÃO, 2013, p. 254).

Pouco mais de um mês depois, Valença oficializa ao Presidente da Província sua preocupação com a iminente invasão Paraguaia no Rio Grande do Sul, afirmando que não pode ficar em casa com tais notícias alarmantes. Conforme Romeu Beltrão (2013, p. 255), informa que em 30 de julho de 1865 o Coronel Valença estava em marcha à frente de uma Brigada de cavalaria, composta por combatentes de Santa Maria, São Martinho, Cachoeira e Encruzilhada, partindo em direção à fronteira.

Já no mês de setembro, Valença foi designado para comandar as infantarias e baterias de artilharia a cavalo na parada do Dia da Independência, em Uruguaiana, onde encontrava-se o exército paraguaio de Estigarribia. Em 7 de outubro, o Coronel Valença foi nomeado comandante do 2º Corpo da Brigada, o qual passou a numeração de 4º Brigada de Cavalaria, junto à Laguna Brava (BELTRÃO, 2013, p. 259). Em janeiro de 1866, o Coronel José Alves Valença veio a falecer devido à sua saúde debilitada desde o período antes ao início do conflito:

Morre o Cel. José Alves Valença no Acampamento Geral Brasileiro de Laguna Brava ou em Corrientes, que fica próxima. Sofria de 'forte estreitamento da uretra e

prostatite', segundo atestado médico de 6.5.1865, e estava em tratamento em Santa Maria quando os paraguaios tomam São Borja. Interrompeu o tratamento em Santa Maria e foi assumir o comando de uma força que marchava para Alegrete. Caiu também sobre ele, como subordinado, a acusação de frouxidão diante do inimigo, que afastou Canabarro do comando, mas foi logo inocentado. Talvez como reparação tenha recebido a honra de comandar os destacamentos de infantaria e artilharia na parada de 7 de setembro, no cerco de Uruguaiana, do qual participou como comandante de uma brigada. Assistiu à rendição paraguaia e a 25.12.1865 marchou para Corrientes à frente da 4ª Brigada de Cavalaria. Já bastante doente, não resistiu e faleceu em Corrientes ou no Acampamento Geral Brasileiro de Laguna Brava. Consta ter sido sepultado em Corrientes. Seus restos mortais não foram repatriados, como aconteceu com os de Niederauer (BELTRÃO, 2013, p. 261).

O Coronel José Alves Valença teve uma atuação ativa na Revolução Farroupilha, além de participar nas campanhas militares posteriores. Ele se destacou como uma das principais figuras da região central da Província nesse período, especialmente na Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, inclusive no processo de emancipação de Santa Maria. Tal atuação e influência foram reconhecidas por sua eleição para a representação no poder Legislativo local, como vereador. Contudo, como vimos, Valença estava presente em diversas regiões da Província, como Cruz Alta, Taquari, Rosário, entre outras, permanecendo por longos anos afastado de Santa Maria. Dessa forma, quem representava a família Valença enquanto o patriarca estava em campanhas militares e quem gerenciava a Fazenda do Arenal?

3. 2. 1 MARIA MÁXIMA DE OLIVERIA E A ELITE FARROUPILHA

A Revolução Farroupilha influenciou substancialmente na vida das pessoas daquele período, atingindo a dinâmica econômica, política e social das famílias que vivenciaram a guerra. Nessa perspectiva, cremos ser importante registrarmos também a atuação de Maria Máxima de Oliveira como administradora da Fazenda do Arenal, enquanto José Alves Valença estava à serviço das forças farroupilhas.

De acordo com Carla Adriana da Silva Barbosa (2016, p. 86), nascer mulher pertencente à elite no século XIX era tão valorizado quanto os homens, e do mesmo modo dos meninos, recebia o nome em homenagem a algum membro familiar, e alguns casos em referência ao próprio pai. Por exemplo, Maria Máxima de Oliveira recebeu o nome “Máxima” em homenagem ao seu pai Maximiano. Assim, “a transmissão de prenomes da família tinha um importante significado. Ela era a manutenção da memória do grupo e também sua continuidade. Além da tentativa de atribuir virtudes e qualidades a quem seria nomeado e mesmo uma ideia de fusão de identidades” (BARBOSA, 2016, p. 87).

Em relação aos pais de Maria Máxima, ela era filha de Maximiano José de Oliveira e de Eufrásia Maria do Espírito Santo de Oliveira, neta paterna de José de Oliveira Santos, natural de Lisboa, e de Tomásia Maria de Jesus, natural de Santo Amaro (Rio Grande do Sul). Na relação de proprietários rurais em Santa Maria de 1834, produzida por João Belém (2000), Maximiano José de Oliveira, não se sabe se ele possuía uma pequena, média ou grande propriedade. Outro nome que consta na lista é o de José Alves Valença, proprietário da Fazenda do Arenal, com o qual Maria Máxima casou-se em 12 de novembro de 1834. Conforme Carla Barbosa (2016, p. 88), o casamento marca a aliança entre dois grupos familiares e aliados que se reuniam para celebrar a nova junção.

Com o início da Guerra muitos combates acabaram deixando suas famílias para ficarem a serviço do Exército Farroupilha. Neste aspecto, é necessário conceber que “com a ausência dos homens era necessário que as mulheres conhecessem os negócios da família e era preciso também que elas tivessem competência na administração dos bens do casal” (BARBOSA, 2016, p. 92). Assim, destaca-se correspondência encaminhada por Maria Máxima de Oliveira para Domingos José de Almeida a fim de requisitar a coletoria que deveria receber o Tenente Coronel José Alves Valença, por ordem do General Netto. A seguir, consta uma transcrição da carta da ordem do General Netto encaminhada ao então major Antônio Vicente da Fontoura (Coletor Geral de Cachoeira):

Cópia

Ao Major Antônio Vicente da Fontoura, Coletor Geral

De Antônio de Souza Netto, General

Quartel General na Vila Setembrina, 1º de novembro de 1839

Dos rendimentos desta coletoria, entregará V. Sa. ao Tenente Coronel José Alves Valença, ou a sua ordem, a quantia de um conto e duzentos e quarenta e três mil oitocentos e doze réis, em moeda corrente, valor de algumas fazendas que ao mesmo foram compradas para remir a nudez de algumas Praças do Exército.³⁷ (Grafia atualizada)

Ao não receber a coletoria ordenada pelo General Netto, Maria Máxima encaminha correspondência a Domingos José de Almeida, o qual entendemos ter proximidade com a família Valença, pois o Tenente-Coronel fazia parte do grupo da maioria, o qual Domingos José de Almeida era uma das lideranças junto com Bento Gonçalves. Assim, Almeida encaminha correspondência para o Procurador Fiscal Interino da Fazenda para ser feito o pagamento. No

³⁷ NETTO, Antônio de Souza. **Ordem de pagamento de coletoria ao Tenente-Coronel José Alves Valença** Quartel General na Vila Setembrina, 1 de setembro de 1839. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRs. CV-6825. 2006. v. 15. p. 131.

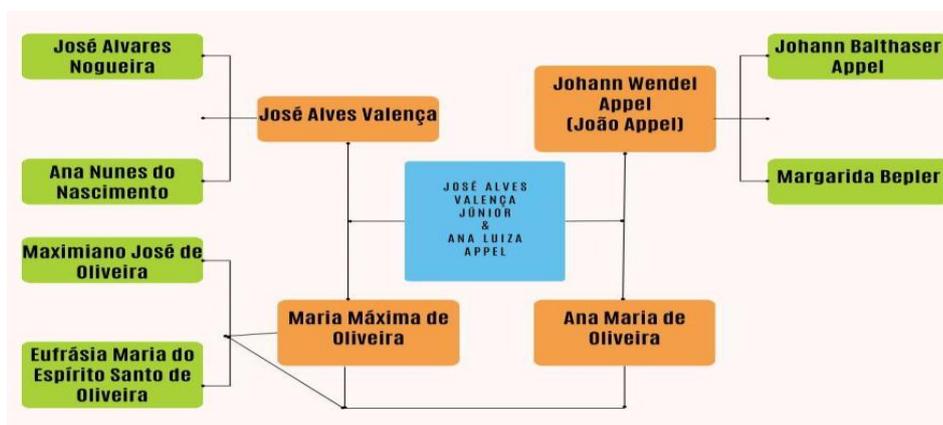
entanto, o procurador indica que deve ser contactado Antônio Vicente da Fontoura para saber da razão por ainda não ter sido paga a coletoria.

Após as explicações de Fontoura, Domingos José de Almeida, em 26 de maio de 1840, exige ao Inspetor Geral do Tesouro o pagamento da ordem original do General Netto. Dessa forma, fica claro a importância de Maria Máxima de Oliveira e seu domínio das relações sociais e políticas, com o fim de requisitar, no caso, o valor que deveria ser entregue para sua família, para assim conseguir manter seus filhos e gerir a Fazenda do Arenal. Segundo Carla Barbosa (2016, p. 97), guarda as proporções aceitas na sociedade da época em relação ao lugar que homens e mulheres deveriam ocupar, tanto os homens quanto as mulheres tinham funções importantes na vida econômica do período.

3. 2. 2 VÍNCULOS SOCIAIS E FAMILIARES ESTABELECIDOS PELA ELITE LOCAL SANTAMARIENSE

Como já havia sido mencionado anteriormente, os vínculos estabelecidos por Valença em âmbito local e regional, deste o seu casamento por exemplo, influenciaram na sua posição de relevância na elite de Santa Maria. O primogênito de Valença, José Alves Valença Júnior (Cazuza), foi responsável por aproximar ainda mais as famílias Valença e a Appel, visto que Valença Júnior casou-se com Ana Luíza Appel, apesar de que as famílias já tinham ligações familiares, pois a esposa de João Appel, Ana Maria de Oliveira era irmã Maria Máxima de Oliveira. Para melhor exemplificar, na figura a seguir está exposta a genealogia das famílias Appel, Oliveira e Valença, que demonstra os vínculos de matrimônio construídos ao longo de duas gerações:

Figura 05 - Genealogia das Famílias Appel, Oliveira e Valença



Fonte: Gráfico criado por Maicon Dener da Silva Rodrigues, 2023

As informações para a construção da genealogia das famílias foram obtidas no site *Family Search*³⁸ e na obra de Romeu Beltrão (2013). Foi considerada para esta árvore genealógica apresentada acima, apenas o primeiro casal de filhos que propiciaram a criação e continuidade dos vínculos familiares entre as famílias Valença e Appel.

Destaca-se também a relação de João Appel e José Alves Valença com Maximiano José de Oliveira, pois tanto Valença quanto Appel casaram-se com as filhas de Maximiano. Os vínculos estabelecidos pela família Valência com os Appel, família de alemães que chegaram em 1830 em Santa Maria da Bocca do Monte, foi de suma importância para a consolidação no (e como) poder local que os Valença estabeleceram na freguesia. Conforme Jonas Vargas (2010, p. 304), “a extensão do círculo de influências políticas dos Valença para o interior de uma família de imigrantes alemães, também pertencentes ao Partido Liberal, era quase que uma condição necessária para reforçar o exercício do poder na paróquia”.

Nesse sentido, os alemães controlavam uma parte significativa do comércio de Santa Maria e tinham grande influência dentro da Câmara de Vereadores de Santa Maria³⁹. Para os imigrantes europeus, a proximidade com o José Alves Valença oferece conexões políticas com a capital da Província, e de contrapartida Valença reforça sua influência na política santamariense.

As famílias ‘alemães’ do município, em aliança com algumas das mais tradicionais famílias ‘nacionais’, constituíam uma elite local que tomava a dianteira nas decisões políticas, delinearão as leis do orçamento municipal e faziam pedidos ao governo provincial, no sentido, por exemplo, de que fossem prorrogados os prazos para medição de terras devolutas, com o fim de favorecer alguns proprietários de terras com influência no meio desta mesma elite (NICOLOSO, 2013, p. 39).

Ou seja, esses vínculos entre as famílias mais influentes de Santa Maria beneficiam ambas as partes. Os imigrantes se beneficiam da rede de relações que Valença possuía fora da freguesia de Santa Maria, resultante de seus serviços militares prestados, o que legitimava seu papel como líder político e sua função de representação de Santa Maria para o restante da província. Contudo, de acordo com Jonas Vargas (2010, p. 307), Valença não figurava entre os

³⁸ VALENÇA, José Alves Júnior. *Árvore genealógica de José Alves Valença Júnior*. *Family Search*.

Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GCCV-N4Q> Acesso em: novembro de 2023.

³⁹ Carlos Eduardo Piassini em sua tese de doutorado, “*Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e cidadania: Naturalização e participação política, 1824-1889*” apresentada em 2021, aborda a participação dos teuto-brasileiros, que estabeleceram no Rio Grande do Sul entre 1824-1889, além das dinâmicas políticas do período.

mais ricos do agora Município, portanto, ao estabelecer vínculos com os Appel, ele estava estreitando laços com sujeitos que lhe proporcionavam acesso a recursos financeiros.

Assim, a partir do estudo do Coronel Valença, membro da elite santamarense, podemos perceber que as terras deste então distrito, como a sua população, vivenciaram e atuaram efetivamente no palco da Revolução Farroupilha e, pelos indícios, apoiando e integrando a República Riograndense.

Nesse sentido, a partir das atividades de iniciação científica realizadas no projeto *“História Platina: Fronteiras, migrações, sociedade e poder”*, em que foram feitas pesquisas na Coleção Varela e na Coletânea de Documentos Bento Gonçalves da Silva, foi possível levantar tais fontes e indícios que oportunizaram o estudo desta temática que ainda não possuía um olhar mais definido e acadêmico sobre a Revolução Farroupilha em Santa Maria da Bocca do Monte. E, como isso, pretendemos contribuir para além dos indícios ou silêncios trazidos pelas obras de memorialistas sobre a Revolução Farroupilha em Santa Maria da Bocca do Monte e criar uma perspectiva de futuros estudos sobre a elite santamarense e a Farroupilha.

4. CONCLUSÃO

Para o estudo sobre a atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença, visou-se contribuir para o entendimento da história da Revolução Farroupilha (1835-45) em Santa Maria, bem como para o conhecimento dos personagens da freguesia que desempenharam um papel ativo no movimento farroupilha. Isto é, o objetivo foi compreender a participação da elite farroupilha da região central da Província não apenas no movimento farroupilha, mas também na República Rio-Grandense e nas atividades militares que ocorreram ao longo da década de conflito.

A presente pesquisa foi pensada em virtude das novas possibilidades referentes à Revolução Farroupilha e à História Regional, buscando evidenciar o debate sobre a narrativa da Farroupilha na cidade de Santa Maria. Assim, ao observar a escassez de pesquisas históricas referente ao período da farroupilha em Santa Maria, surgiu a necessidade de evidenciar Santa Maria na Guerra Farrapa, buscando trazer novas problemáticas e debates referente ao tema. As obras que abordam de forma sucinta a farroupilha no Município não exploram aspectos importantes do conflito em Santa Maria, como, por exemplo, a participação dos imigrantes europeus e suas posições políticas no conflito.

O interesse pela temática surgiu após a leitura da obra “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930”, escrito por Romeu Beltrão em 1958. No entanto, após as pesquisas bibliográficas e documentais realizadas com bolsa de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UFSM, percebeu-se a possibilidade de abordar aspectos em relação à Revolução Farroupilha em Santa Maria e como ela é representada nos documentos e nas obras de memorialistas sobre a cidade. Notou-se uma lacuna em relação à história da Revolução Farroupilha em Santa Maria e sobre a história de Santa Maria no período de 1835 a 1845. Assim, a partir dessa pesquisa desenvolvida na iniciação científica, surgem indícios para um estudo aprofundado sobre a Revolução Farroupilha em Santa Maria, e dos aspectos que envolvem o decênio de Guerra, isto é, os ideais políticos, a República Rio-Grandense, a elite farroupilha, a relação com os Estado platinos, entre outros aspectos que vem a influenciar as organizações administrativas, econômicas e políticas em todos os lugares da província, seja freguesia, vila ou capital, durante este período.

Observa-se a partir da investigação que a Revolução Farroupilha e a proclamação da República Rio-Grandense influenciam nas redes e vínculos sociais locais, neste caso a freguesia de Santa Maria, pois a proximidade de alguns membros da elite local, com os governantes da República Rio-Grandense torna tal sujeito um representante de Santa Maria para o restante da

Província, fazendo o responsável por esse intermédio um sujeito de grande influência em sua comunidade. Ou seja, a participação de José Alves Valença oportunizou a ele uma rede de contatos fora de sua localidade, ou seja, além de pertencer a elite local ele tinha ao seu alcance figuras importantes da política riograndense no período, como Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida.

Assim, entende-se que a presente investigação contribuiu para a compreensão de como a Revolução Farroupilha é narrada em Santa Maria pelos autores que escreveram a “História de Santa Maria” e também as contradições e silêncios que as obras apresentam. Ademais, a partir das pesquisas realizadas Santa Maria insere-se como uma região que desempenha função importante como ponto de passagem estratégico de abastecimento para as tropas farrapas e também imperiais, apesar da tendência Liberal do povoado, além da atuação direta de sua elite, com importantes líderes militares no conflito, como por exemplo o Coronel Portinho e o Tenente-Coronel Valença.

Nessa perspectiva, o estudo traz novos aspectos e considerações a respeito de Santa Maria e seus personagens no conflito. A partir do levantamento das discussões historiográficas desde do início do século XIX até os debates mais atuais, nota-se como essas abordagens também influenciaram na narrativa da história de Santa Maria, buscando assim afastar a ligação de Santa Maria com o movimento farroupilha e com a percepção de envolver a cidade na interpretação que envolve a questão separatista.

Com isso, o estudo buscou apresentar a posição política da freguesia de Santa Maria e de sua população no período, e suas ligações também com a República Rio-Grandense, além de trazer a atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença, expondo a sua importância como líder militar do Exército Farroupilha na região central da Província, além das redes familiares e sociais construídas antes e durante o período da Revolução, que tornaram Valença uma das grandes figuras da história de Santa Maria durante a primeira metade do século XIX. Estudo que, acreditamos merece ter sequência e aprofundamento.

5. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. As Mulheres da Elite Farroupilha: Papéis de Gênero e Família (RS, 1835-1845). **Revista Cantareira**, n. 24, p. 84-97, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27847> . Acesso em: 17 nov. 2023.
- BELÉM, J. História do Município de Santa Maria: 1797–1933. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.
- BELTRÃO, Romeu. Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787 - 1930. 3a ed. Santa Maria: UFSM, 1979.
- DAUDT FILHO, João. **Memórias de João Daudt Filho**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1949.
- DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 168-178, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10409> . Acesso em: 17 nov. 2023.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Alemães na guerra dos farrapos**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v.19, n. 1, p. 83-94, 2015.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1939.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. 3a Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- GOULART, Tiago Martins. **As Histórias Marginais: Os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no interior do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O profeta dos pampas: devoção e revolução no sul do Brasil (século XIX). In: **Encontro Estadual de História - Vestígios do Passado: a História e Suas Fontes**, IX., 2008, Porto Alegre.
- LAYTANO, Dante de. **História da república rio-grandense (1835-1845)**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra (org.). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-35.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*. v. 31, n. 62, p.49-70, 2011.

MIRANDA, Maria Eckert. A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense: o arquivo, as coleções e os anais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 162-177, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/644>. Acesso em: 7 set. 2023.

NETTO, Antônio de Souza. **Ordem de pagamento de coletoria ao Tenente-Coronel José Alves Valença** Quartel General na Vila Setembrina, 1 de setembro de 1839. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRs. CV-6825. 2006. v. 15. pg. 131.

NEUMANN, Eduardo Santos. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 83-109, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89008>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria - RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. Homens de elite na "Santa Maria da Boca do Monte" dos tempos do imperador (1822-1845). **História em revista**, Pelotas, v.21, n.22, p. 328-342, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/hr.v21i22.15983>. Acesso em: 21 set. 2023.

PADOIN, Maria Medianeira. Alguns registros da História de Santa Maria - cidade fronteiriça. IN: ANDRADE, Gustavo Ferreira; PADOIN, Maria Medianeira; PIASSINI, Carlos Eduardo (Org.). **História de Santa Maria: Novos olhares**. Porto Alegre: Casa Letras, 2022. p. 18-38.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Dir.); PADOIN, Maria Medianeira; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. V.2. p. 39-71.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho**: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira; PEREIRA, Alessandro de Almeida. Os sacerdotes na Revolução Farroupilha (1835-45) e as ideias de república e de federalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades, 4., 2012, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] 6 Paraná: *Revista Brasileira de História das Religiões*, 2013. p. 1-21. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. A construção da ordem fronteira: Grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha sul rio-grandense (1852-1867). **Tese** (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**, Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 233-269.

PEREIRA, Alessandro de Almeida. **O poder local e a institucionalização da república rio-grandense (1836-45)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

RIBEIRO, José Iran. Tão longe, tão perto: o povo de Santa Maria e as situações de guerra na primeira metade do século XIX. In: RIBEIRO, José Iran; Weber, Beatriz Teixeira (org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2010. p. 227-243.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 358 - 377, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p358>. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA, Matheus Luís da. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **Missões orientais e seus antigos domínios**. 2 ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. **O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: BPB, 1939.

VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: RIBEIRO, José Iran; Weber, Beatriz Teixeira (org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2010. p. 287-321.

6. FONTES

D'OLIVEIRA, Felipi Neri. **Tenente-Coronel Francisco Pedro foi à freguesia de Santa Maria.** Rio Pardo, 05 de agosto de 1841. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRs. CV-6608. 2005. v. 14. p. 192-193.

CARMO, Marcelino José do. **Relação nominal dos indivíduos que há recrutado o Tenente-Coronel Valença e remetido para o acampamento do Passo do Rosário.** Passo do Rosário, 14 de janeiro de 1843. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRs. CV-3570. 1983. v. 6. p. 320.

NETTO, Antônio de Souza. **Ordem de pagamento de coletoria ao Tenente-Coronel José Alves Valença** Quartel General na Vila Setembrina, 1 de setembro de 1839. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRs. CV-6825. 2006. v. 15. p. 131.

VALENÇA, José Alves Júnior. **Árvore genealógica de José Alves Valença Júnior.** *Family Search*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GCCV-N4Q>
Acesso em: novembro de 2023.

VALENÇA, José Alvares. **Imagens.** *Family Search*. Disponível em: https://www.familysearch.org/photos/artifacts/151174009?cid=mem_copy. Acesso em setembro de 2023.